

**ARTIGO 43º DA LEI 50/2012
DE 31 DE AGOSTO**

CONTRATO DE SOCIEDADE

MUNICÍPIA – EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, E.M., S.A.

ARTIGO 1.º

1. A sociedade adopta a denominação de MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A., e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável ao sector empresarial local.
2. A sede social é em Taguspark, Edifício Ciência II, N.º 11, 3.º Piso B, freguesia de Porto Salvo, podendo ser transferida por simples deliberação do conselho de administração, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, a quem igualmente competirá decidir sobre a criação de delegações, filiais, sucursais, agências ou outras formas de deliberação no país ou no estrangeiro.
3. A sociedade é constituída por tempo indeterminado.

ARTIGO 2.º

1. A sociedade tem por objecto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a concepção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projectos de internet e intranet; a concepção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua actividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua actividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspecção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função accionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.
2. A sociedade pode participar em outras sociedades e associar-se em agrupamentos complementares de empresas, agrupamentos europeus de interesse económico ou em consórcios.

3. A Sociedade pode celebrar com os seus accionistas contratos-programa definindo pormenorizadamente o seu objecto e missão, bem como as funções de desenvolvimento económico local e regional a desempenhar.

ARTIGO 3.º

O capital social é de TRÊS MILHÕES DUZENTOS E TRINTA E SEIS MIL SEISCENTOS E SETENTA E OITO EUROS E SESENTA E SETE CÊNTIMOS, subscrito e realizado em dinheiro e em espécie.

ARTIGO 4.º

1. O capital social é representado por seiscentas e quarenta e oito mil e seiscentas e trinta e três acções, no valor nominal de quatro euros e noventa e nove cêntimos cada uma, representadas por títulos de um, dez, cem, mil, cinco mil, dez mil ou vinte mil acções.
2. As acções podem revestir forma escritural, quer na sua emissão, quer por conversão.
3. As acções serão assinadas por dois administradores, por chancela ou reprodução, por meios mecânicos ou informáticos.

ARTIGO 5.º

O capital social poderá ser aumentado por uma ou mais vezes, por simples deliberação do conselho de administração, com observância das normas legais aplicáveis.

ARTIGO 6.º

1. A transmissão de acções está subordinada ao consentimento da sociedade, sendo a sua concessão ou recusa competência do Conselho de Administração, com excepção do disposto no número quatro do presente artigo.
2. Em segunda linha a transmissão de acções da sociedade está subordinada a um direito de preferência do município que sobre ela detenha influência dominante.
3. A recusa do consentimento pelo Conselho de Administração, pode ser fundamentada em qualquer interesse relevante para a sociedade, sendo obrigatória no caso de o proposto adquirente ser pessoa, singular ou colectiva, de direito privado.
4. O Conselho de Administração pode optar por remeter a decisão sobre o consentimento à Assembleia-geral, que poderá decidir prestar o consentimento da Sociedade para a aquisição de acções por entidade de direito privado.
5. O prazo para a Assembleia-geral, para o Conselho de Administração da sociedade e para o município que sobre ele exerça influência dominante se pronunciarem sobre o pedido

de consentimento é de sessenta dias, sendo livre a transmissão das acções transcorrido esse prazo sem que estes se pronunciem.

6. A comunicação de preferência deve ser feita nos termos da lei civil, incluindo todos os elementos do negócio a preferir.
7. A venda feita em violação do disposto no presente artigo não é eficaz face à Sociedade e aos seus accionistas, sem prejuízo do direito da Sociedade ou do acionista que detenha uma participação dominante nesta, em intentar uma acção de preferência nos termos legais.
8. No caso de recusa de consentimento da Sociedade e de não exercício do direito de preferência por parte do município que sobre ela exerça influência dominante, a sociedade obriga-se a adquirir ou a fazer adquirir as acções nas condições de preço e pagamento que fundamentarem o pedido de consentimento. Tratando-se de transmissão a título gratuito, ou provando a Sociedade que naquele negócio houve simulação de preço, a aquisição far-se-á pelo valor real determinado nos termos previstos no artigo 105.º, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 7.º

Os órgãos sociais são a assembleia-geral, o conselho de administração e o fiscal único.

ARTIGO 8.º

1. A Assembleia-geral é constituída por todos os accionistas com direito a pelo menos um voto.
2. A cada grupo de duzentas e uma acções correspondente a um voto.
3. Os accionistas podem fazer-se representar na assembleia-geral, nos termos da lei.
4. A aquisição, alienação ou oneração de quaisquer bens imóveis necessita de deliberação da assembleia-geral com votos favoráveis da totalidade dos accionistas.
5. Mediante autorização da Assembleia-geral, expressa por maioria simples, a sociedade pode associar-se, pela forma que entender mais conveniente a quaisquer entidades colectivas de natureza associativa.

ARTIGO 9.º

1. A mesa da assembleia-geral será constituída por um presidente e um secretário, eleitos por um período de quatro anos, sendo reelegíveis por uma ou mais vezes.

2. A convocatória da Assembleia-geral deve ser feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia-geral, mediante carta registada enviada a todos os accionistas, com a antecedência mínima de vinte e um dias.

ARTIGO 10.º

1. A administração da sociedade compete a um conselho de administração composto por três ou cinco membros, eleitos de três em três anos pela assembleia-geral, podendo ser reeleitos por um máximo de três vezes.
2. A assembleia-geral designará de entre os membros do conselho de administração um presidente, o qual terá voto de qualidade.
3. A assembleia-geral deliberará sobre a caução a prestar pelos administradores, nos termos da lei.

ARTIGO 11.º

1. O conselho de Administração pode delegar a gestão corrente da sociedade num ou mais administradores delegados.
2. Para a prática de actos ou categorias de actos determinados, o conselho de administração pode nomear um ou mais mandatários da sociedade.
3. Cabem ao conselho de administração os mais amplos poderes de gestão e de representação da sociedade e a realização de todos os actos e operações relativos à execução do objecto social.
4. Os membros do Conselho de Administração celebrarão com a Sociedade, no início de cada mandato, um contrato de gestão na acepção do Decreto-lei 71/2007 de 27 de Março, definindo os objectivos e os parâmetros de avaliação do mesmo.

ARTIGO 12.º

1. O conselho de administração reunirá sempre que convocado nos termos da lei.
2. O conselho de administração poderá fixar as datas ou a periodicidade das suas reuniões ordinárias, caso em que não haverá lugar a convocação nos termos do número anterior.
3. Os administradores podem votar por escrito e bem assim fazer-se representar por outro administrador nas reuniões do conselho de administração.

ARTIGO 13.º

1. A sociedade obriga-se:
 - a. Pela assinatura do presidente do conselho de administração;

- b. Pela assinatura de um administrador-delegado nos termos e limites dos poderes que lhe tenham sido delegados;
 - c. Pela assinatura dos mandatários constituídos no âmbito e nos termos do correspondente mandato.
2. Os actos e documentos de mero expediente poderão ser praticados ou assinados por um administrador.

ARTIGO 14.º

1. A fiscalização dos negócios sociais será exercida por um fiscal único eleito em assembleia-geral.
2. O fiscal único e o suplente serão revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas.
3. O mandato do fiscal único é de três anos e é renovável.

ARTIGO 15.º

O ano social coincide com o ano civil.

ARTIGO 16.º

Os lucros líquidos apurados no balanço anual da sociedade terão a aplicação que a assembleia-geral determinar, deduzidas as verbas que por lei tenham de destinar-se à constituição ou reforço de fundos de reserva, podendo não ser distribuídos.

ARTIGO 17.º

Os administradores ficam desde já autorizados, nos termos da alínea b) do artigo 277.º do Código das Sociedades Comerciais, a proceder ao levantamento dos montantes depositados para fazer face às despesas da Sociedade ou outras que se mostrem necessárias ao seu bom funcionamento.

ARTIGO 18.º

A alteração do contrato de sociedade, quer por modificação, supressão ou aditamento de algumas cláusulas só pode ser deliberada por uma maioria de dois terços dos votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO 19.º

1. A dissolução da sociedade só pode ocorrer nos casos e nos termos da lei.



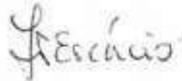
2. A deliberação de dissolução da sociedade deve ser tomada por maioria de três quartos dos votos representativos do capital social.

ARTIGO 20.º

A liquidação da sociedade será feita por uma comissão liquidatária, cujos membros podem ser administradores, designados pela assembleia-geral nos termos da lei.

Lisboa, 08 de Junho de 2015

A Advogada-Estagiária,



C.P. n.º 36454L

INÊS ESCÓRCIO

ADVOGADA-ESTAGIÁRIA - CP 36454 L

NIF 254 565 778 - SF 1503 Cascale - 1

CORREIA, BRAZ & ASSOCIADOS - SOC. ADV., RL

Rua Artilharia Um, Emp. Nova Amoreiras, 71 - 77

Lote 7, Piso 3, Fração 10 - 1250-038 LISBOA

Telef: 212 408 901 - Fax: 212 240 9532

Lista de acionistas a 31.12.2023.xlsx

Acionistas	Valor da participação €	% da participação
Município de Oeiras	1.835.521,60	56,71%
Município de Vila Nova de Gaia	154.699,98	4,78%
Município de Maia	150.199,00	4,64%
Município da Figueira da Foz	74.850,00	2,31%
Município de Mafra	74.850,00	2,31%
Município de Sesimbra	74.850,00	2,31%
Município de Viseu	69.860,00	2,16%
Com. Intermunicipal da Lezíria do Tejo	54.865,05	1,70%
Associação de Mun. Reg. Autónoma Açores	24.950,00	0,77%
Município da Covilhã	24.950,00	0,77%
Município da Sertã	24.950,00	0,77%
Município de Ansião	24.950,00	0,77%
Município de Bragança	24.950,00	0,77%
Município de Castelo Branco	24.950,00	0,77%
Município de Ílhavo	24.950,00	0,77%
Município de Lagoa	24.950,00	0,77%
Município de Leiria	24.950,00	0,77%
Município de Loulé	24.950,00	0,77%
Município de Monchique	24.950,00	0,77%
Município de Paços de Ferreira	24.950,00	0,77%
Município de Portimão	24.999,90	0,77%
Município de Vale de Cambra	24.950,00	0,77%
Município de Boticas	9.970,02	0,31%
Associação de Mun. Vale Douro Norte	5.997,98	0,19%
Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central	4.990,00	0,15%
Associação de Mun. Douro Superior (AMDS)	4.999,98	0,15%
Município da Guarda	4.985,01	0,15%
Município de Aguiar Beira	4.985,01	0,15%
Município de Albergaria-a-Velha	5.009,96	0,15%
Município de Arganil	4.985,01	0,15%
Município de Barcelos	4.985,01	0,15%
Município de Cabeceiras de Basto	4.985,01	0,15%
Município de Góis	4.985,01	0,15%
Município de Gouveia	4.985,01	0,15%

Acionistas	Valor da participação €	% da participação
Município de Idanha-a-Nova	4.985,01	0,15%
Município de Lamego	4.985,01	0,15%
Município de Mourão	4.985,01	0,15%
Município de Olhão	4.985,01	0,15%
Município de Oliveira do Hospital	4.985,01	0,15%
Município de Paredes	4.985,01	0,15%
Município de Penacova	4.985,01	0,15%
Município de Penamacor	4.985,01	0,15%
Município de Ponta Delgada	4.985,01	0,15%
Município de Portalegre	4.985,01	0,15%
Município de São João da Madeira	4.990,00	0,15%
Município de Santiago do Cacém	4.985,01	0,15%
Município de Sernancelhe	4.985,01	0,15%
Município de Sines	4.985,01	0,15%
Município de Sintra	4.999,98	0,15%
Município de Trofa	4.985,01	0,15%
Município de Vila Nova de Poiares	4.985,01	0,15%
Município do Fundão	4.999,98	0,15%
Município de Ponte da Barca	5.009,96	0,15%
Associação de Mun. PEFICA	4.999,98	0,15%
Município de Santa Marta Penaguião	4.985,01	0,15%
Município de São Pedro do Sul	4.985,01	0,15%
Município de Vieira do Minho	4.985,01	0,15%
Ações Próprias	217.040,05	6,71%
Total	3.236.679	100%

Informação sobre identidade e montantes auferidos pelos membros remunerados dos órgãos sociais:

c) Identidade dos membros dos órgãos sociais e respetiva nota curricular;

- Eng.º Luís Miguel dos Reis Silva
- Dra. Madalena Pereira da Silva Castro
- Dra. Piedade Susana da Silva Pina

d) Remunerações totais, fixas e variáveis, auferidas por cada membro dos órgãos sociais;

- Eng.º Luís Miguel dos Reis Silva – auferir mensalmente a remuneração de 2.958,16 € mais despesas de representação no valor de 591,63 €;
- Dra. Madalena Pereira da Silva Castro – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;
- Dra. Piedade Susana da Silva Pina – por cada comparência às reuniões de Conselho de Administração auferir senhas de presença no valor de 638,04 €;

e) Número de trabalhadores desagregado segundo a modalidade de vinculação a 31/12/2023;

42 Trabalhadores dos quais:

- 31 contratos s/ termo;
- 2 contratos de cedência de interesse público;
- 9 contratos a termo certo.



SILVA, LUÍS MIGUEL

CONSULTOR
ALUNO DE DOUTORAMENTO [ST]
ENGENHEIRO CIVIL

CONTACTOS



Portugal



INFORMAÇÃO PESSOAL

12 fevereiro 1964

nacionalidade portuguesa

PERFIL

Tendo ultrapassado a barreira natural de meio século de vida e 35 anos de experiência profissional, é hora de aliar uma vida profissional plena de experiências internacionais com uma missão humanista que beneficia dos conhecimentos adquiridos e complementá-los com uma dimensão de serviço à Comunidade.

O seu percurso profissional foi consistentemente construído no domínio das Infraestruturas e Sistemas de Transporte.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

CONSULTOR SÉNIOR

ROOTS Project & Asset Management | 2020 - Presente

- Do desenho conceptual à gestão de ativos: ROOTS, uma poderosa Metodologia.

GESTOR DE CONTRATOS

THALES Portugal SA | 2014 - 2020

Responsável pela gestão contratual de projetos de investimento no valor de 50M€:

- Marrocos: Implementação do sistema GSM-r na rede ferroviária marroquina;
- Portugal: Fornecimento de dois NPO - Navios de Patrulha Oceânica.

DIRECTOR

EIP - Eletricidade Industrial Portuguesa, SA | 2010 - 2014

Responsável pela gestão contratual de projetos de investimento no valor de 25M€:

- Argélia: Diretor Residente na Argélia onde o Grupo EIP foi responsável pela construção das subestações de energia localizadas nos municípios de Guelma, Sedrata, Chebli e Meftah;

Responsável pela gestão contratual de projetos de investimento no valor de \$ 50M:

- Estados Unidos da América: Representante do Grupo EIP no Conselho de Administração da sua subsidiária - JFECC (John F. Edwards Construction Company) [Geneseo, Illinois, USA].

DIRECTOR DE PROJECTOS INTERNACIONAIS

THALES Portugal SA | 2009 - 2010

Responsável pela gestão contratual de projetos de investimento no valor de €100M:

- Arábia Saudita: Projeto de Ligação Ferroviária Norte-Sul e Metro de Meca;
- Argélia: Modernização dos troços ferroviários AinTouta-M'Sila, Rocade Nord e TiziOuzou-OuedAussi;
- Índia: Metro de Nova Deli, Metro de Mumbai, Metro de Bangalore e Metro de Híderabad.

DIRECTOR DA UNIDADE DE CONSULTORIA ESTRATÉGICA, ESTUDOS E ENGENHARIA

DHV SA | 2007 - 2008

Diretor responsável pela Unidade de Consultoria nas atividades de: Consultoria Estratégica, Urbanismo, Ambiente, Águas e Saneamento, Transportes, Mobilidade e Logística, Arquitetura, Avaliação técnico-funcional de Edifícios e Energia.

- Projetos localizados em Portugal, PALOP e Magreb.

PRESIDENTE

PARQUES TEJO - Parqueamentos de Oeiras | 2006 - 2007

As suas funções, para além das inerentes à componente de Gestão, materializaram-se na operacionalização dos diversos setores daquela Empresa municipal, otimizando os recursos disponíveis - com especial enfoque na valorização do capital humano - na relação com os clientes e no estabelecimento de modelos e sistemas de gestão de apoio à simulação das necessidades de estacionamento no Concelho, incluindo a Engenharia Financeira associada.

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

REFER - Rede Ferroviária Nacional | 2002 - 2005

Responsável pela gestão contratual de projetos de investimento no valor de 1,5 mil milhões de euros, materializados através dos pelouros: Direção Geral de Engenharia, Direção de Investimentos e Direção de Ambiente.

VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RAVE - Rede ferroviária de Alta Velocidade | 2002 - 2005

- Responsável pelos pelouros de Engenharia e Processos.

DIRECTOR EXECUTIVO

JACOBSGIBB, LTD | 1993 - 2002

Responsável pelas operações realizadas pelo Grupo GIBB em Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau;

No âmbito dos Programas Pólis, foi responsável pela Área de Gestão da Contratação;

Foi Diretor dos Projetos:

- Túnel Ferroviário de Espinho,
 - Ligação Ferroviária entre Viseu e Beira Alta,
 - Modernização do troço entre Pinhal Novo e Setúbal,
 - Reabilitação da Estação Ferroviária de Tomar,
 - Consultoria Técnica e revisão de projeto da estação do Barreiro e do troço Barreiro-Lavradio,
 - Modernização da Linha do Douro entre Valongo e Caíde,
 - Modernização da Linha do Norte entre Pampilhosa e Vila Nova de Gaia.
- Representante da GIBB nos Conselhos de Orientação e Fiscalização dos Consórcios KMGA (modernização da Linha da Beira Alta), KAF (modernização da Linha do Norte), CGLT (construção do Eixo norte-sul da região de Lisboa) e CGK (construção do sistema de mobilidade: Metro do Porto).

CONSULTOR

ANDERSEN CONSULTING SA | 1990 - 1993

Participou nos projetos:

- Análise funcional do sistema de informação de gestão do Metro de Lisboa;
- Projeto de detalhe do sistema de recolha de informação do Metro de Lisboa;
- Projeto conceptual e de detalhe do Sistema de faturação da Petrogal SA;
- Diagnóstico do Atendimento ao Cliente da ITT.

CONSULTOR

CISED - Investigação, Sistemas e Estudos para o Desenvolvimento SA | 1987 - 1990

Sistemas de Transporte e Distribuição;

- Plano Estratégico e reorganização do Plano de transportes na Siderurgia Nacional.

Consultoria Multicritério de Apoio à Decisão:

- Avaliação das propostas de construção civil, instalações elétricas e mecânicas relacionadas com a EXPONOR - Centro de Exposições, Centro de Congressos e Centro de Formação.

Sistemas de Informação:

- Diagnóstico e redesenho dos processos da DSU - Direção dos Serviços de Urbanização da Câmara Municipal do Porto;
- Diagnóstico e redesenho dos processos da DSU - Direção de Serviços de Urbanização da Câmara Municipal da Amadora.

FORMAÇÃO

SISTEMAS DE TRANSPORTES ALUNO DE DOUTORAMENTO

UL/IST - MIT Portugal | 2016 - Present

XXXII PADE - PROGRAMA DE ALTA DIRECÇÃO DE EMPRESAS

AESE/IESE - Instituto de Estudos Superiores da Empresa (Universidade de Navarra) | 2006 - 2007

LICENCIATURA EM ENGENHARIA CIVIL

UBI e UL/IST | 1982 - 1988

COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

Sistemas de Transportes.

Gestão de Projeto.

Gestão e Fiscalização da Construção.

Empreendedorismo.

Desenvolvimento e manipulação de modelos de simulação.

Formador credenciado pelo IEFP detentor do CCP F713514/2021 de 25/05/2021.

COMPETÊNCIAS PESSOAIS

Liderança.

Organização.

Capacidade de adaptação a ambientes multiculturais.

IDIOMAS

Português	Nativo
Inglês	C1
Francês	C1
Espanhol	C1
Alemão	A1

CURRICULUN VITAE

INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome: Maria Madalena Pereira da Silva Castro

Morada: [REDACTED]

Contacto: [REDACTED]

Data de Nascimento: 29/06/1955

Estado Civil: Viúva

FORMAÇÃO ACADÉMICA

Licenciatura em Sociologia (ISCTE)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Curso de secretariado/assistente de gestão e comercial (1985 e 2000)

Curso *O SIADAP nas Autarquias Locais* (2006)

Participações:

Congresso Europeu: *Desporto Para Todos* (1991)

Forum *As Grandes Questões da Comunicação Municipal para o Sec. XXI* (1999)

Seminário *As Parcerias Público-Privadas e o Desenvolvimento* (2001)

Seminário *A Proteção da Propriedade na Internet* (2002)

Conferência Internacional *Comunicação para os Cidadãos no Estado da Sociedade em que Vivemos* (2003)

IX Encontro Municipal *de Municípios com Centro Histórico: Tradição e Inovação* (2004)

Conferência *Ambiente: Sector Estratégico para a Economia Portuguesa* (2006)

Conferência Nacional da Água: *Qualidade pela Inovação, Satisfação pela Eficiência* (2006)

IV Congresso Nacional da Administração Pública: *Novos Modelos da Administração Pública* (2006)

II Forum da Energia: *Novos Desafios, Novas Respostas* (2007)

III Conferência do Jornal Arquitecturas: *O que Podemos Fazer pelas nossas Cidades* (2008)

Seminário *SCE (Sistema Nacional de Certificação Energética e da Qualidade do ar Interior)* (2008)

Simpósio *Floresta 2050 – Pensar o Futuro* (2011)

Conferência *Gestão e Financiamento dos Transportes Coletivos (TC) em Áreas Metropolitanas* (2011)

Conferência *Liderança e Cooperação Equipas Vencedoras* (2014)

Conferência *Liderança da Gestão de Topo* (2017)

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL e CARGOS POLÍTICOS

Presidente da Junta de Freguesia da UFOPAC, desde 2017

Vereadora da Câmara Municipal de Oeiras, com os Pelouros do Ambiente e Equipamentos, Obras Municipais e Transportes, de out/2005 a fev/2013, tendo terminado o mandato em 2017

Integrou o Conselho Diretivo da AMTRES, de 2006 a 2010

Presidente do CA da OEINERGE – Agência de Energia de Oeiras, até 2016

Coordenadora do Gabinete de Relações Públicas da Taguspark, SA, onde exerceu funções na área comercial, de 1995 a 2005

Membro da Assembleia Municipal de Oeiras, de 1998 a 2005

Chefe do Gabinete do Presidente da CMO, de 1993 a 1995

Secretária do Presidente da CMO, de 1986 a 1993

Coordenadora do GATL (Gabinete de Apoio Técnico Legislativo) do Ministério de Justiça, de 1984 a 1985

Secretária do Director do Gabinete de Recrutamento e Seleção de Pessoal da NOEI, SA, de 1983 a 1984

Coordenadora Comercial de Empresa do Sector Têxtil



Piedade Susana Silva Pina

Nacionalidade: Portuguesa **Data de nascimento:** 03/03/1976 **Sexo:** Feminino

Número de telemóvel: (+351) [REDACTED]

Endereço de email: [REDACTED]

Casa: [REDACTED]

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Chefe de Gabinete do Presidente

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia [25/10/2019 - Atual]

Secretária do Gabinete de Apoio à Presidência

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia [01/02/2016 - 24/10/2019]

País: Portugal

- Elaboração de informação semanal para a Presidência sobre planeamento de obras por administração direta e empreitadas em curso, bem como todos os trabalhos a efetuar pela DME.
- Elaboração de informação trimestral para a Presidência sobre obras e projetos executados e em curso.
- Manutenção e atualização de conteúdos da página da rede social Facebook "Infraestruturas e Obras"
- Gestão de Mensagens e reclamações rececionadas via página da rede social Facebook "Infraestruturas e Obras", obedecendo a protocolo de gestão de reclamações.
- Administradora da Plataforma APP "Cidadão Gaia"
 - 1) receção do registo
 - 2) criação de distribuição interna
 - 3) atualização de estado
 - 4) registo de alteração de estado
 - 5) comunicação com munícipe
 - 6) conclusão do processo e encerramento do mesmo
- Gestão corrente de despachos da Vice-Presidência via EDOC
- Tarefas específicas determinadas por incumbência do Senhor Presidente/ Vice-Presidente
- Atendimento a munícipes por incumbência do Gabinete de Apoio à Presidência
- Acompanhamento/ seguimento de projetos/obras por incumbência do gabinete do Gabinete de Apoio à Presidência com o objetivo de articulação e comunicação do gabinete com entidades, departamentos, divisões e serviços
- Acompanhamento em atendimentos na Direção Municipal de Urbanismo e Ambiente (Gaiurb, EM) em representação do Gabinete de apoio à Presidência
- Utilizador das Aplicações SIGMA da Gaiurb como interface de informação no gabinete para a área do urbanismo
- Tarefas associadas ao Projeto GO ON INVEST IN GAIA
- Ponto Focal do Município para o Instrumento Financeiro IFRRU2020
- Inscrita na Bolsa de Auditores Internos do Município, exercendo atividade de auditora observadora
- Contacto do município para a "Rede de Apoio ao Empresário" do Turismo do Porto e Norte
- Acompanhamento, Controle e Monitorização de Contratos celebrados pelo Município, para informação ao gabinete
- Gestão das reclamações rececionadas no Gabinete da Vice-Presidência provenientes da aplicação GAQ
- Responsável pela comunicação externa (aos munícipes/entidades) de obras : elaboração de avisos de obra; layout para outdoors (em articulação com a comunicação); Comunicações Gaia Reabilita.
- Tarefas de gestão quotidiana do gabinete

Gestora de operações / Responsável de delegação e coordenadora de Zona Portugal/Galiza/ Brasil

Mac Puar Portugal, Lda (Grupo MAC PUAR, SA) [16/01/2009 - 31/01/2016]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

- Coordenação comercial da zona geográfica de venda - Portugal/ Brasil/ Galiza
- Tarefas de gestão de carteira de clientes
- Formação
- Gestão e organização de equipa administrativa e post venda
- Gestão de pedidos e seu circuito : receção, envio à fábrica, orçamentação, faturação, expedição, documentação técnica
- Análise de margens de venda e controle orçamental
- Elaboração de orçamentos previsionais por zona
- Gestão de Recursos Humanos

Gestora de delegação Técnico-Comercial

Wavecrest Serviços, Lda (Grupo MAC PUAR SA) [01/06/2002 – 15/01/2009]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

- Tarefas de gestão comercial
- Contacto com clientes, gestão de carteira de pedidos, formação a clientes sobre produtos
- Tarefas de organização e gestão
- Organização contabilística, orçamentos previsionais, controle de contas correntes, contacto com bancos e fornecedores

Assessora do Departamento Financeiro e Comercial

Diginorte - Sistemas de Electrónica Digital, Lda (Grupo MAC PUAR, SA) [27/09/1999 – 31/05/2002]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

- Tarefas administrativas na área da contabilidade e controle financeiro
- Contacto com fornecedores e gestão de contas correntes
- Contacto com clientes e gestão de carteira

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Mestrado em Gestão de Serviços

Faculdade de Economia do Porto [12/09/2022 – Atual]

Endereço: Rua Dr. Roberto Frias 464, 4200-464 Porto (Portugal)

Sítio Web: <https://www.up.pt/fep/pt/>

Open Executive Programme - Leadership Check In

PBS - Porto Business School [13/11/2023 – 28/11/2023]

Cidade: Porto

País: Portugal

Sítio Web: <https://www.pbs.up.pt/pt/>

Auditor de Defesa Nacional

IDN - Instituto da Defesa Nacional [10/11/2021 – Atual]

Endereço: Calçada Necessidades 5, 1399-017 Lisboa (Portugal)

Sítio Web: <https://www.idn.gov.pt/pt>

Auditorias ao sistema de gestão da qualidade

Instituto de Soldadura e Qualidade (ISQ) [15/05/2018 – 27/06/2018]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

Certificado de Competências Pedagógicas para o exercício da actividade de Formadora (Certificado nº F663118/2018)

ENA - Escola de Negócios e Administração [20/12/2017]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

Competências adquiridas:

- Analisar o contexto de intervenção da formação
- Aplicar metodologias de gestão da diversidade no contexto da formação
- Aplicar técnicas de interação pedagógica e de dinamização de grupos de formação
- Atribuir e reportar resultados da formação e das aprendizagens
- Conceber os instrumentos de avaliação da formação e das aprendizagens
- Conceber/explorar os recursos didáticos e multimédia
- Desenhar o programa de formação
- Planear atividades de aprendizagem
- Utilizar e gerir plataformas colaborativas e de aprendizagem

Desenvolvimento Humano Integral Sistémico

NLPC - Instituto de Ciências Comportamentais e de Gestão [25/04/2015 – 25/04/2015]

Cidade: Porto

País: Portugal

Certificação Internacional em Coaching Nivel I (Coach N° S332-2013PT)

INCTA - NPLC Instituto de Ciências Comportamentais e de Gestão [18/11/2013]

Cidade: Porto

País: Portugal

- Fundamental Coaching Skills
- Pressupostos do Coaching
- Coaching e PNL
- Comunicação no Coaching
- Ferramentas de Coaching
- Método Grow
- Condução de sessões de Coaching
- Transformar sonhos em Objectivos

Curso de Inteligência Emocional (Certificado nº 192/2013)

Mais Família [10/05/2013 – 11/05/2013]

Cidade: Matosinhos

País: Portugal

Licenciatura no curso de Organização e Gestão de Empresas

Universidade Moderna [01/09/1995 – 13/11/1999]

Cidade: Porto

País: Portugal

- Gestão Previsional e Controlo de gestão
- Auditoria e Revisão de Contas
- Planeamento Estratégico Empresarial
- Gestão bancária
- Análise de projectos de investimento e de Viabilidade
- Finanças Internacionais
- Economia
- Gestão de Recursos Humanos
- Organização e Direcção de Empresas

- Fiscalidade Direito Económico
- Gestão Financeira
- Contabilidade
- Estatística

Estágio profissional

Companhia de Seguros "O Trabalho Vida" [1999]

Cidade: Porto

País: Portugal

Agente de Seguros do ramo Vida certificada pelo Instituto de Seguros de Portugal.

- Conhecimento técnico-comercial de apólices de seguro
- Angariação de cliente
- Apresentação de produtos financeiros e vida
- Gestão de carteira de clientes

Curso Complementar na área C

Escola Secundária dos Carvalhos [1993 – 1995]

Cidade: Vila Nova de Gaia

País: Portugal

- Economia
- Gestão
- Sociologia
- Contabilidade Geral

COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS

Língua(s) materna(s): **português**

Outra(s) língua(s):

espanhol

COMPREENSÃO ORAL C2 LEITURA C2 ESCRIVER C2
PRODUÇÃO ORAL C2 INTERAÇÃO ORAL C2

inglês

COMPREENSÃO ORAL B2 LEITURA B2 ESCRIVER B1
PRODUÇÃO ORAL B1 INTERAÇÃO ORAL B1

francês

COMPREENSÃO ORAL A1 LEITURA A1 ESCRIVER A1
PRODUÇÃO ORAL A1 INTERAÇÃO ORAL A1

Níveis: A1 e A2: Utilizador de base; B1 e B2: Utilizador independente; C1 e C2: Utilizador avançado

REDES E ASSOCIAÇÕES

Filiações

Membro nº 57647 da OCC Ordem dos Contabilistas Certificados, estando registada como profissional Técnico Oficial de Contas

CONFERÊNCIAS E SEMINÁRIOS

Conferências

19/05/1998 - Universidade Moderna Porto "Regionalização" - Oradores: Professor Dr. Fernando Gomes (Presidente da Câmara Municipal do Porto em exercício de funções à data)

22 e 23 de Maio de 1998 - Junta directiva de A.J.E Pontevedra, Palácio de Congressos de Pontevedra - Seminário especial de Criação de Empresas.

04/11/1998 - Universidade Moderna Porto "Regionalização" - Oradores: Valentim Loureiro (Presidente da Câmara Municipal de Gondomar em exercício de funções à data) e Narciso Miranda (Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos em exercício de funções à data)

10/11/1998 - Universidade Moderna Porto " O Euro como Moeda Internacional" - Oradores: Dr. Sérgio Ribeiro (Eurodeputado), Dr. Braga de Macedo.

11/11/1998 - Universidade Moderna Porto "Crash Bolsista Mundial e as suas repercussões em Portugal" - Oradores: Dr. Carlos Caldeira (Coordenador do Mercado de Capitais da revista "Valor"), Dr. Miguel Frasquilho (Director financeiro do BES) , Dr. Paulo Esteves (Bolsa de derivados do Porto)

19/05/1998 - Universidade Moderna Porto "Regionalização"

23/24/27 e 29 de Abril de 1999 - Universidade do Minho - IV Jornadas de Gestão de Empresas e III Congresso Nacional de estudantes de Economia e Gestão

18/02/2011 - Instituto Superior de Engenharia do Porto - 1^{as} Jornadas Técnicas de Elevadores

30/01/2015 - Instituto Superior de Engenharia do Porto - 3^{as} Jornadas Técnicas de Elevadores

25/05/2017 - Conferências de Gaia #5| O Caminho Português de Santiago

05/06/2017 - Armis Group - Workshop de Mobilidade Inteligente`17

08/06/2017 - Congresso do Eixo Atlântico: Agenda Urbana a Debate, Braga

26/01/2018 - Lisbon Mobi Summit , Fundação EDP, Lisboa

27/02/18 a 01/03/18 - Conferência "Urban Future", Vienna, Austria

09/03/18 - Fórum internacional da AMP "Gestão Inteligente e Smart Cities", Europarque, Santa Maria da Feira

03/04/18 a 05/04/18 - FICIS`18 - Fórum Internacional das Comunidades Inteligentes e Sustentáveis, Braga

11/04/18 a 13/04/18 - Portugal Smart Cities Summit, Centro de Congressos de Lisboa

07/03/19 - Climate Change Leadership - Porto Summit 2019

17/10/19 - "A Descentralização e o Poder Local - As Novas Competências em Debate" - Auditório de Mafamude VNG

1.ª Conferência Nacional Redes Cidades Circulares

[Auditório Municipal Manuel Menezes de Figueiredo, Vila Nova de Gaia, 15/11/2021 – 15/11/2021]

DISTINÇÕES E PRÉMIOS

Distinções e prémios

Diploma de Vencedor do Concurso de ideias do ano de 1997 promovido pela Associação Nacional de Jovens Empresários

3º Lugar no concurso nacional GESTÃO GLOBAL promovido pela SDG- Simuladores e Modelos de Gestão, Lda sendo chefe do grupo " Decisões Modernas"

Participação com ideia de negócio Luso- Galaica no I Congresso Luso-Galaico sobre Criação de Empresas, que decorreu em Pontevedra em Maio de 1998 com menção de honra.

COMPETÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO

Competências de organização

- Boa capacidade de organização e gestão

As funções exercidas como responsável de delegação técnico/comercial desde 2002 ,numa multinacional, dotaram-me de um know-how abrangente na organização e gestão de forma transversal às organizações.

Exercendo funções de Chefe de Gabinete desde 2019, considero que a capacidade de organização e gestão é o apporto fundamental.

- Boa capacidade de liderança adquirida pela experiência com grupos de trabalho e equipas quer a nível empresarial como nas funções desempenhadas na Administração Pública.

-Alto desempenho em trabalho de equipa e construção de estratégias de cooperação.

-Fomento o padrão de atitude positiva face ao trabalho e aos projetos a desenvolver.

-Resiliente e disruptiva, com uma atitude positiva face à mudança e às alterações constantes que o quotidiano impõe.

-Delegar é uma competência adquirida e consolidada.

COMPETÊNCIAS SOCIAIS E DE COMUNICAÇÃO

Competências sociais e de comunicação

- Boa capacidade de comunicação adquirida pela experiência profissional na área de gestão de vendas, contacto com clientes, apresentações de produto.

-Ouvinte atenta, capaz de respeitar opiniões e valorizar o ponto de vista do outro. Forte capacidade de perceber e antecipar as emoções dos outros o que se revela uma ferramenta importante de engagement, que permite a motivação dos grupos de trabalho na prossecução dos objetivos esperados. Empática.

-Confiante e determinada, convicta dos valores que me prendem à missão.

COMPETÊNCIAS RELACIONADAS COM O TRABALHO

Competências relacionadas com o trabalho

- Competências ao nível da organização e gestão de empresas, tendo domínio sobre as principais tarefas quotidianas de gestão empresarial e das organizações.

- Bom domínio das áreas de comunicação interpessoal e de grupo, tendo conhecimentos de PNL, Inteligência Emocional e Coaching

-Capacidade de trabalhar em ambientes de elevada pressão e com a necessidade de respostas e resoluções imediatas.

-Aptidão para desenvolver tarefas e projetos em ambientes diferenciados com os mesmos resultados.

-Profissional Multitasking, potencio a prossecução de várias tarefas/projetos/atividades, por forma a rentabilizar os recursos, a otimizar os meios face aos resultados definidos.

-Capacidade de usar a diplomacia na resolução dos conflitos em contexto laboral.

OUTRAS COMPETÊNCIAS

Vogal do Conselho Paroquial para os assuntos económicos da Paróquia de São Pedro de Sermonde

[2021 – Atual]

Explicadora multidisciplinar de alunos do ensino básico e secundário (1º, 2º, 3º ciclos) durante cerca de uma década

Voluntária da Europacolón Portugal (associação de apoio ao doente com cancro digestivo) desde 2012, participando em campanhas de sensibilização e peditórios nacionais).

Voluntária do Banco Alimentar Contra a Fome, participando nas recolhas de alimentos em colaboração com a IPSS Tenda do Encontro.

Voluntária da IPSS " Tenda do Encontro" que acolhe crianças e jovens em risco, participando nas atividades lúdicas, colaborando na ocupação de tempos livres dos utentes.

Animadora de grupo de jovens e grupos de catequese de adolescentes na paróquia de Sermonde VNG

Voluntária no Hospital pediátrico Joãozinho (Hospital de S. João - Porto) através da Fundação Casa Ronald Mac Donald - desde Dezembro de 2018

Membro efetivo do Conselho Pastoral da paróquia de São Pedro de Sermonde

[2017 – Atual]

APRESENTAÇÕES

Apresentações

Participação como entidade expositora na EXPO ELEVADOR 2008 que decorreu em São Paulo - Brasil nos dias 20 e 21 de Agosto de 2008. Organização e participação como formadora em workshop de produtos MP.

Participação como entidade expositora representado a zona geográfica Portugal/ Galiza/ Brasil na feira INTERLIFT 2013 que se realizou em Augsburg - Alemanha a maior feira do sector de elevação na Europa com cerca de 19000 visitantes de 40 países, onde promovi a marca MP efectuando apresentações para os distintos públicos alvo.

Oradora na palestra " Profissões: Conhecer para decidir" organizado pelo serviço de Psicologia e Orientação da Escola Básica de Argoncilhe, no âmbito do Programa de Orientação Vocacional, "Eu decido", destinado aos alunos do 9º ano de escolaridade . Abril de 2013 e 2014

CURSOS

Cursos

Porto, 1997

Formação específica durante 2 meses sobre " Processo de Criação de Empresas" pela Associação Nacional de Jovens Empresários

Sevilha, 14 e 15 de Abril de 2004

Certificado de assistência e aproveitamento no curso de Técnicas de Vendas ministrado pela empresa Montaner & Associados

Sevilha, 29 de Novembro a 20 de Dezembro de 2004

Certificado de assistência e aproveitamento no curso de Negociação de Grandes Contas ministrado pela empresa Montaner & Associados

Sevilha, 14 de Outubro de 2014

Certificado de participação no curso de Técnicas de Negociação ministrado pela empresa Montaner & Associados

Vila Nova de Gaia, 2 a 4 de Outubro de 2018

Curso de "Transmedia e Storytelling" ministrado pelo Dr. João Lopes docente do IPAM-IADE, Universidade Portucalense - Formação interna

Vila Nova de Gaia, 10 de Outubro de 2018

Formação de Regulamento Geral de Proteção de Dados - Implicações práticas no Município - VisionWare

Vila Nova de Gaia, 23 de Janeiro de 2019

Formação de Marketing Digital - Formador Vasco Marques - W2B, Sociedade Unipessoal, Lda. - Web2Business

Vila Nova de Gaia 18 e 20 de Março de 2019

Formação ISO 9001:2015 - para Auditores - SGS Academy

Vila Nova de Gaia, 17 de Outubro de 2019

"Descentralização" e o Poder Local - As novas competências em debate

Vila Nova de Gaia, 02 de Dezembro de 2019

EDOCLINK - as novas funcionalidades - LINK

Vila Nova de Gaia, 15 de Janeiro de 2020

NP4552-2016- Sistema de Gestão da Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal - SGS

Vila Nova de Gaia, 13 de Outubro a 21 de Outubro de 2020

Controlo Financeiro e Responsabilidade Financeira nas Autarquias Locais - Quadros e Metas

Vila Nova de Gaia, 18 de Março de 2021

Avaliação SIADAP | Avaliadores - CMVNG

Acompanhamento e monitorização dos contratos de atribuição de benefícios públicos - Vila Nova de Gaia CMVNG

[11/08/2021]

Micro-Curso Prático de Protocolo Autárquico e Político - Vila Nova de Gaia

[29/07/2021]

"Eleições Autárquicas em contexto de pandemia: as Freguesias em especial" - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

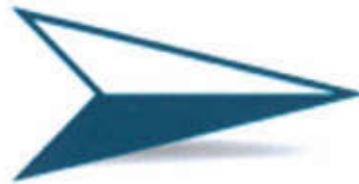
[15/07/2021 - 16/07/2021]

[Handwritten signature]

PLANO DE ATIVIDADES

E

ORÇAMENTO 2024



Município[®]

localização é valor!



ÍNDICE	Pág.
1 – ORGÃOS SOCIAIS	2
2 – INTRODUÇÃO	3
3 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEADAS POR DIREÇÃO	5
3.1 - DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO	5
3.2 – DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS	6
3.3 – DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS	7
3.4 – DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL	9
4 - PLANO DE ATIVIDADES PARA 2024	13
5 – PLANO DE INVESTIMENTOS	14
6 – PLANO DE FORMAÇÃO	15
7 - ORÇAMENTO PARA 2024	16
8 - ORÇAMENTO DE TESOURARIA PARA 2024	20
9 - ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2024, 2025 E 2026	21

1 - ORGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, Dr.

Presidente da Mesa

Luís Miguel dos Reis Silva, Eng.º

Presidente Executivo

João Pedro Brito da Silva, Dr.

Administrador não executivo

FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva, Dr.

Membro Efetivo

José Joaquim Afonso Diz, Dr.

Membro Suplente

Diz & Associados, SROC, Lda

SROC nº 118



2 - INTRODUÇÃO

Senhores Acionistas,

O ano de 2024, à semelhança de 2023, revela-se um desafio face à volatilidade de todos os indicadores económicos, onde os efeitos das guerras, dos preços dos combustíveis, dos preços da energia, do custo do dinheiro terão seguramente pesado impacto nos custos e na vida das empresas.

Não estaremos imunes ao cenário macroeconómico descrito e onde nos inserimos. Trabalhamos num mercado nacional onde o preço mais baixo é o determinante na contratação pública, independentemente do valor, da capacidade e da experiência de cada uma das empresas que trabalham neste setor.

A desestabilização do mercado nacional, a sua pulverização e a ausência de valor acrescentado nos projetos colocados no mercado, conduzem de facto a uma situação que se vem acentuando, valorizada pela contratualização pública, com enormes prejuízos para o interesse público.

Em 2023 o mercado nacional contraiu 52% relativamente a 2018 e 46% relativamente a 2022. O mercado internacional estagnou. O nível de conflitualidade no setor aumentou - 66% das consultas públicas estão em conflito sem prazo de resolução à vista e apenas 34% das consultas públicas estão adjudicadas e em curso.

Encaramos o ano de 2024, como já encarámos outros no passado, ou seja, prevê-se mais uma crise económica que resulta de vários ajustamentos abruptos da economia com consequências nas empresas e nas pessoas. A conjuntura afeta de forma violenta o mercado nacional e internacional onde atuamos.

Não será tarefa fácil, mas também não o foi na última década, onde mesmo com várias crises de diferentes âmbitos, foi possível alcançar entre 2014 e 2021, 7 exercícios económicos com resultados - antes de impostos – positivos.

A Município cumpriu 24 anos de mercado, em outubro de 2023. Fez a sua própria história, criou o mercado digital da informação geográfica e o mercado dos sistemas de informação geográfica no país, inovando e defendendo sempre o interesse público. São 24 anos de contributos incontornáveis na modernização administrativa e na digitalização dos municípios.

Aqui chegados, estamos seguros e orgulhosos do nosso percurso, mantendo a determinação, a resiliência e a competência que sempre nos caracterizou e que continuará a ser a nossa imagem e o nosso compromisso.

O plano que agora apresentamos, consentâneo com documentação anteriormente produzida e municuada aos acionistas, reflete opções de gestão empresarial responsáveis e sustentáveis que defendem os seus interesses e os postos de trabalho da equipa da Município.

Acreditamos na nossa competência e na nossa capacidade criativa, para nos reinventarmos. Garantiremos já em 2024: o lucro e a sustentabilidade da empresa.

Oeiras, 18 de outubro de 2023

O Diretor Geral,



(António Fernandes)



3 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PLANEADAS POR DIREÇÃO

3.1. – DIREÇÃO DE CARTOGRAFIA E CADASTRO

A Direção de Cartografia e Cadastro (DCC) continuará a sua atividade para o ano de 2024 alicerçando nos valores de confiança, responsabilidade, qualidade e sustentabilidade que tem caracterizado a sua ação ao longo destes anos.

Os contactos com os Palop deverão manter-se, como tem sido apanágio dos últimos anos, com reuniões promissoras e resposta a concursos. Este esforço comercial continuará a desenvolver-se pesquisando novas oportunidades e novos concursos e novos contactos.

Relativamente a novas oportunidades, tanto no mercado nacional como em mercados internacionais, a Direção manterá o foco na missão da empresa, de “suportar os nossos clientes com informação geográfica de base, de alta qualidade transferindo o know-how na manipulação e exploração da cartografia contruída em Base de Dados.”

3.2. – DIREÇÃO DE ENGENHARIA E INFRAESTRUTURAS

A Direção de Engenharia e Infraestruturas (DEI) é a unidade orgânica da Município que executa as atividades relacionadas com cadastro de infraestruturas desde levantamentos topográficos, sondagens e deteções de infraestruturas de subsolo, modelo de dados e desenho de cadastro de redes de infraestruturas em ambiente SIG e CAD 3D, serviços de expropriações e servidões para projetos de infraestruturas.

Para 2024 perspectiva-se a que as atividades da DEI venham a angariar contratos de 100.000 euros essencialmente em projetos de infraestruturas.



3.3. – DIREÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS

A Direção de Novos Negócios (DNN), para o exercício económico de 2024, prevê uma faturação de 1.203.000 euros, tendo por base a comercialização da solução de Gestão de Frotas e dos serviços da Central de Compras Públicas – Connect®.

São dois produtos em fases distintas do seu ciclo de vida, a Gestão de Frotas é um produto que já alcançou a sua maturidade, ainda que esta sujeita a constantes atualizações, enquanto que a Connect® apresenta uma elevada margem de progressão.

A Connect tem registado indicadores de crescimento assinaláveis, desde logo quanto ao número de aderentes, onde são esperados para 2024, perto de 300 aderentes, que encontram aproximadamente 20 Acordos Quadro disponíveis e que justificam a previsão de faturação de 658.000 euros, ao que acresce os valores de Gestão de Frota de 545.000 euros, perfazendo os 1.203.000 euros definidos/previstos em Plano de Atividades para 2024.

Para 2024, a Connect será a primeira Central de Compras Públicas do país, a ser certificada enquanto Central de Compras Sustentáveis, servindo assim de catalisador a todas as entidades adjudicantes, que pretendam fazer compras sustentáveis.

A Connect®, já em 2024, irá reforçar a sua ação comercial, de modo a satisfazer as necessidades das entidades adjudicantes afetas ao Estado Central, o que permitirá continuar o seu crescimento em termos de faturação e de consolidação de conceito.

Em termos de Plano de Atividades, 76% da faturação deriva de contratos firmados em anos transatos, o que nos permite gerir a operação com alguma previsibilidade, já que apenas 24% da faturação, fica dependente de novas angariações ou seja da procura de novas adjudicações para 2024.

Para os anos 2025 e seguintes, embora se possa projetar alguma da faturação, tendo por base contratos plurianuais firmados, a verdade é que, a imprevisibilidade, a distância

temporal e o princípio da prudência, leva-nos a projetar valores inferiores àqueles que julgamos poder alcançar.



3.4. – DIREÇÃO DE INTELIGÊNCIA ESPACIAL

O plano de atividades da Direção De Inteligência Espacial (DIE), prevê, para 2024, uma faturação de cerca de 739.050 euros sendo repartido em cerca de 32% de ações em curso e 68% de ações novas.

Nas ações em curso, destacam-se os projetos de a Publicação "Atlas de Setúbal", bem como os projetos de Manutenção e Alojamento da plataforma munWebGIS e a sua migração para a nova plataforma CityHub.

No domínio do desenvolvimento de aplicações SIG e WebSIG, o ano continua a ser marcado pela maturidade da plataforma CityHub e o seu progressivo desenvolvimento a partir da plataforma munWebGIS, com destaque para a disponibilização de novos módulos, como seja, Toponímia e Gestão de Espaços Verdes. Em anos anteriores esta nova plataforma já foi implementada em diversos Municípios, com destaque para os últimos a fazer essa migração: Aveiro, Proença-a-Nova e Cadaval, pelo que no próximo ano deverá promover-se esta arquitetura em novas oportunidades, à semelhança do que aconteceu este ano, por exemplo, em Serpa.

Estas oportunidades enquadram-se na rubrica "Desenvolvimento" com uma dotação prevista de 125.000 euros.

Na rubrica "Consultoria, Planos, Formação e Deteção Remota" o ano de 2024 tem uma dotação prevista de cerca de 380.000 euros com destaque para os projetos de Mobile Mapping, de Implementação de Sistemas de Informação Geográfica (IDE), baseadas em plataformas Open Source, havendo um esforço comercial nesse sentido com oportunidades em diversos municípios.

Em termos de Deteção Remota, continua igualmente a previsão de rentabilização do conhecimento adquirido em projetos desta natureza, nomeadamente no âmbito agrícola e florestal.



Relativamente aos projectos internacionais, a DIE continua, em conjunto com a DCC, a marcar presença em concursos e em ação comercial que permita aplicar no estrangeiro (essencialmente nos PALOPs) as valências que temos vindo a desenvolver localmente.

Quanto à formação, a DIE criou em 2022 um curso que visa explorar a cartografia no novo modelo da DGT e a sua manipulação através do QGIS, que continua a promover junto dos municípios que já têm cartografia neste novo modelo.

A DIE continuará a desenvolver aplicações específicas que dêem resposta às necessidades das restantes direções, participando em termos de desenvolvimento e consultoria no domínio das soluções técnicas (hardware, software e comunicações) a implementar na concretização dos projetos, nomeadamente no desenvolvimento de ferramentas de apoio ao novo modelo cartográfico da DGT baseado em Base de Dados geográfica.

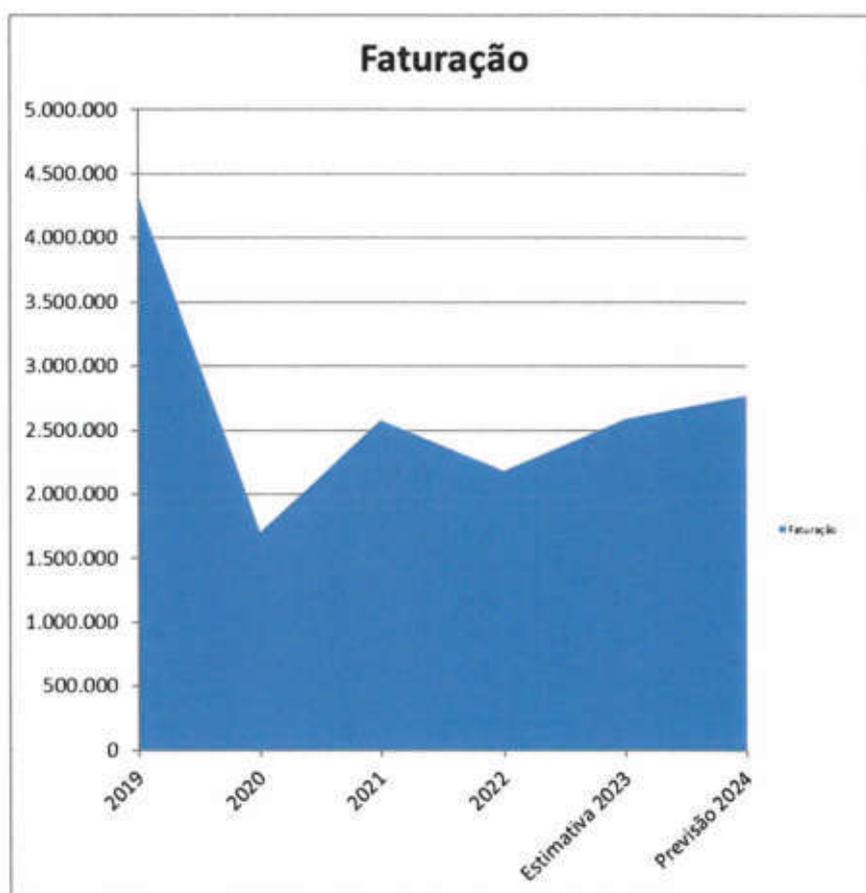
Adicionalmente a DIE irá continuar a centralizar as aquisições em termos de hardware e de software, exceptuando os produtos de índole bastante específica. Deste modo, pretende-se facilitar o controlo das aquisições e manutenções pelas diversas divisões.

Por outro lado, a DIE continuará a garantir diariamente o perfeito funcionamento de toda a infra-estrutura da Municipia, SA no que diz respeito a hardware, software e redes de comunicações. Neste particular assume especial importância o apoio ao novo sistema de gestão documental que entrou em produção no ano de 2023, a manutenção dos servidores de dados, de internet, de rede e de impressão e de SAP, onde assenta todo o trabalho da empresa. Destaque ainda para a manutenção dos sites da Municipia e Connect.

Evolução da Faturação em 2019-2024

Unidade: Euros

Exercícios	2019	2020	2021	2022	Estimativa 2023	Previsão 2024
Faturação	4.339.529	1.702.183	2.577.874	2.181.271	2.592.000	2.772.654
Variação	---	-61%	51%	-15%	19%	7%





Evolução do Total do Plano de Atividades (2022 – 2024)

Unidade: Euros

Direções	2022	2023	V%	2024	V%
Cartografia e Cadastro	1.666.561	1.675.532	1%	730.604	-56%
Engenharia e Infraestruturas	374.300	499.608	33%	100.000	-80%
Novos Negócios	719.107	1.125.000	56%	1.203.000	7%
Inteligência Espacial	551.650	550.780	0%	739.050	34%
TOTAL	3.311.618	3.850.920	16%	2.772.654	-28%

Grau de Execução do Plano de Atividades (2019 – 2024)

Exercícios	2019	2020	2021	2022	Estimativa 2023	2024
Grau de Execução PA	71%	78%	74%	71%	67%	NA



4 – PLANO DE ATIVIDADES PARA 2024

Unidade: Euro

DESCRIÇÃO	ESTIMATIVA	FATURADO	A FATURAR 2024	A DEFINIR
Ações da DCC	3.008.130	30.830	730.604	2.246.696
Ações da DEI	100.000	0	100.000	0
Ações da DIE	2.634.200	71.700	739.050	1.823.450
Ações da DNN	4.828.000	1.100.000	1.203.000	2.525.000
Total de Ações	10.570.330	1.202.530	2.772.654	6.595.146

5 – PLANO DE INVESTIMENTOS**Plano de Investimentos de 2024 a 2026**

Unidade: Euro

Descrição	Exercícios		
	2024	2025	2026
Hardware / Equipamento / Software	0.000	20.000	20.000
Investimento Total	0.000	20.000	20.000

Os investimentos aqui previstos terão fontes de financiamento suportadas em capital alheio e capital próprio, em função dos recursos existentes e da tipologia de investimento a materializar.

6 – PLANO DE FORMAÇÃO

PLANO DE FORMAÇÃO – HORAS PREVISTAS

DIREÇÃO	HORAS
Direção de Cadastro e Cartografia	0
Direção de Novos Negócios	0
Direção de Engenharia e Infraestruturas	0
Direção de Inteligência Espacial	96
Direção CONNECT	60
TOTAL DE HORAS PREVISTAS	156



7 – ORÇAMENTO PARA 2024

Previsão de Resultados 2024

Unidade: Euro

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	2.772.654	99,11%
Outros Ganhos	25.000	0,89%
TOTAL DE GANHOS	2.797.654	100,00%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
Subcontratos e Tarefeiros	650.000	61,36%
Trabalhos Especializados	56.000	5,29%
Publicidade e Propaganda	1.800	0,17%
Conservação e reparação	170.000	16,05%
Ferramentas e Utensílios	8.000	0,76%
Livros e Documentação Técnica	3.600	0,34%
Material de Escritório	2.500	0,24%
Eletricidade	20.000	1,89%
Combustível	50.000	4,72%
Água	450	0,04%
Deslocações e Estadas	10.000	0,94%
Rendas e Alugueres	500	0,05%
Comunicações	12.000	1,13%
Seguros	25.000	2,36%
Contencioso e Notariado	3.500	0,33%
Limpeza, Higiene e Conforto	11.000	1,04%
IUC, Imposto de Selo, taxas e outros	35.000	3,30%
TOTAL DOS CUSTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.059.350	43,71%
TOTAL GASTOS COM PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO	1.045.000	43,12%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	70.000	2,89%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	249.000	10,28%
TOTAL DE GASTOS	2.423.350	100,00%
Resultados	374.304	



Quadro Síntese Previsional 2024

Rubricas	Peso na faturação (por natureza de ganhos)	Euros
Total de Ganhos		2.797.654
Fornecimentos e Serviços Externos	37,87%	-1.059.350
Gastos com Pessoal e Órgãos Sociais	37,35%	-1.045.000
Gastos Financeiros	2,50%	-70.000
Amortizações	8,90%	-249.000
Resultados Antes Impostos		374.304

Detalhe do orçamento de gastos para 2024

Unidade: Euro

Classes de gastos	Orçamento 2023	Orçamento 2024	Variação em	
			% 2023 / 2024	Valor Absoluto 2023 / 2024
Subcontratos + Tarefeiros	1.350.000	650.000	-52%	-700.000
Trabalhos Especializados	50.000	56.000	12%	6.000
Publicidade e Propaganda	5.000	1.800	-64%	-3.200
Conservação e reparação	170.000	170.000	0%	0
Ferramentas e Utensílios	10.000	8.000	-20%	-2.000
Livros e Documentação Técnica	5.300	3.600	-32%	-1.700
Material de Escritório	6.000	2.500	-58%	-3.500
Electricidade	19.000	20.000	5%	1.000
Combustível	65.000	50.000	-23%	-15.000
Água	800	450	-44%	-350
Deslocações e Estadas	10.000	10.000	0%	0
Rendas e Alugueres	5.000	500	-90%	-4.500
Comunicações	20.000	12.000	-40%	-8.000
Seguros	25.000	25.000	0%	0
Contencioso e Notariado	6.000	3.500	-42%	-2.500
Limpeza, Higiene e Conforto	7.000	11.000	57%	4.000
Gastos com Pessoal	1.669.000	1.045.000	-37%	-624.000
Amortizações	282.500	249.000	-12%	-33.500
Impostos, Quotas, IMI, IUC, Imp.Selo e Incobráveis	35.000	35.000	0%	0
Juros e outros gastos	75.000	70.000	-7%	-5.000
TOTAL	3.815.600	2.423.350	-36%	-1.392.250



As rubricas onde se assinalam uma variação mais significativa são a de subcontratos e tarefeiros, a de gastos com pessoal e a das amortizações.

8 – ORÇAMENTO DE TESOURARIA PARA 2024**ORÇAMENTO DE TESOURARIA**

Unidade: Euros

Ano 2024

RUBRICAS	SALDO INICIAL	1º T	2º T	3º T	4º T
1. Recebimentos de exploração					
Clientes		850.000	800.000	750.000	900.000
Outros recebimentos		5.708	5.708	5.708	5.708
Sub-total (1)		855.708	805.708	755.708	905.708
2. Pagamentos de exploração					
Fornecedores		(360.000)	(390.000)	(400.000)	(450.000)
Remunerações + Segurança Social + outros		(230.000)	(292.500)	(230.000)	(292.500)
Impostos		(87.500)	(87.500)	(87.500)	(87.500)
Caixa e diversos		(5.000)	(5.000)	(5.000)	(5.000)
Juros e despesas bancárias		(17.500)	(17.500)	(17.500)	(17.500)
Sub-total (2)		(700.000)	(792.500)	(740.000)	(852.500)
3. Operações de capital					
SEL (Lei 53-F/2006 29/12: 2008 a 2010 e Lei 50/2012 31/8: 2011 a 2013)		125.000	125.000	125.000	125.000
Financiamentos		0	0	0	0
Amortização de Financiamentos		(24.681)	(25.024)	(25.372)	(25.724)
Leasings (amort. capital)		(1.599)	(1.272)	0	0
Sub-total (3)		98.720	98.704	99.628	99.276
SALDO DE TESOURARIA	3.000	257.428	111.912	115.336	152.484
4. Conta Corrente Caucionada	300.000	42.572	69.340	45.996	106.487
5. Aplicação de excedente					

9 – ORÇAMENTO SINTÉTICO PARA 2024, 2025 E 2026**ORÇAMENTO 2024**

Unidade: Euros

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços e outros	2.797.654	100%
TOTAL DE GANHOS	2.797.654	100%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.059.350	44,07%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.045.000	42,66%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	70.000	2,91%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	249.000	10,36%
TOTAL DE GASTOS	2.423.350	100%
Resultados Antes Impostos	374.304	



ORÇAMENTO 2025

Unidade: Euros

Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.000.000	100%
TOTAL DE GANHOS	3.000.000	100%

Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.250.000	47,82%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.045.000	39,98%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	70.000	2,68%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	249.000	9,53%
TOTAL DE GASTOS	2.614.000	100%

Resultados Antes Impostos	386.000
----------------------------------	----------------

ORÇAMENTO 2026

Unidade: Euros

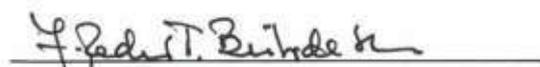
Ganhos de Exploração		% dos Ganhos
Prestação de Serviços	3.200.000	100%
TOTAL DE GANHOS	3.200.000	100%
Gastos de Exploração		% dos Gastos
TOTAL GASTOS FORNEC. E SERV. EXTERNOS	1.300.000	46,26%
TOTAL GASTOS C/ PESSOAL E ADM	1.200.000	42,70%
TOTAL DOS GASTOS FINANCEIROS	70.000	2,49%
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES	240.000	8,54%
TOTAL DE GASTOS	2.810.000	100%
Resultados Antes Impostos		390.000

Oeiras, 18 de outubro de 2023

O Conselho de Administração,



Eng. Luís Miguel Silva – Presidente



Dr. João Pedro Brito da Silva - Administrador



Municípiã[®]

25



Relatório e Contas
2023



Handwritten signature and initials:
[Signature]
[Initials]

ÍNDICE

1	Órgãos Sociais	4
2	Relatório de Gestão.....	6
2.1.	Mensagem do Diretor Geral	7
2.2.	Atividade Desenvolvida.....	12
2.3.	Certificações Técnicas e Marcas Registadas.....	29
2.4.	Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)	31
2.5.	Recursos Humanos	32
2.6.	Evolução Económico-Financeira.....	36
2.7.	Proposta de aplicação de resultados.....	46
3	Contas do exercício.....	48
4	Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2023....	58

1 | Órgãos Sociais

ASSEMBLEIA GERAL

Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos

Presidente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luís Miguel dos Reis Silva Rep. CM Oeiras

Presidente

Maria Madalena Pereira da Silva Castro Rep. CM Oeiras

Administrador

João Pedro Brito da Silva Rep. CMVN Gaia

Administrador

FISCAL ÚNICO

Joaquim dos Santos Silva Rep. Diz & Associados, SROC, Lda

Membro Efetivo

SROC nº 118



Município[®]



Município

Relatório de Gestão 2023



2 | Relatório de Gestão

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, submete-se à apreciação dos senhores acionistas o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o respectivo Anexo, referentes ao exercício de 2023.

2.1. Mensagem do Diretor Geral

O exercício económico de 2023 ficou marcado pela inversão dos resultados financeiros. Registámos um comportamento de melhoria significativa nos principais indicadores, apesar dos resultados negativos do exercício.

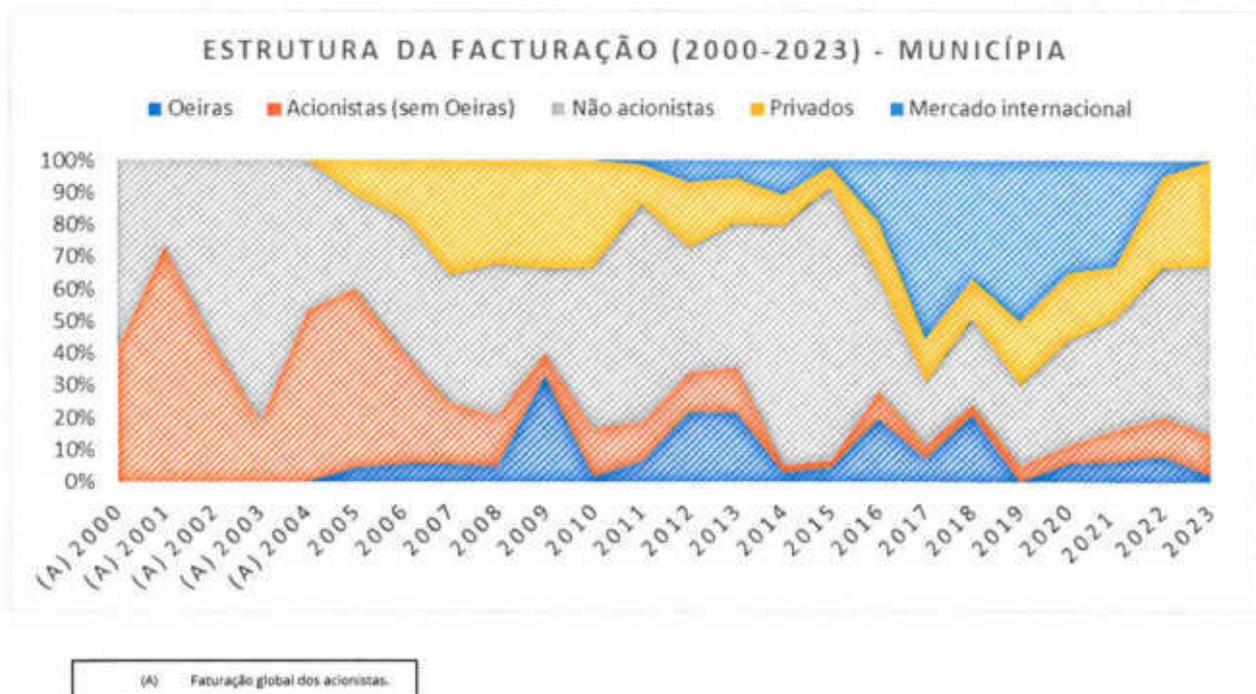
O volume de negócios cresce 15%, o resultado líquido cresce 22%, o volume de negócios por trabalhador cresce 64%, a liquidez geral situa-se em 1,7, com um crescimento de 21% relativamente a 2022. A Autonomia Financeira é de 63,3%, verificando-se um crescimento de 20,6% e a Solvabilidade apresenta um crescimento de 49,2% situando-se em 1,79.

A evolução dos indicadores reflete o esforço de reversão dos resultados de 2022, apesar do contexto de recessão generalizado do mercado nacional e internacional.

Em 2023 cerca de 60% dos contratos públicos do setor onde atuamos não tiveram resolução, estão em conflito. Assistimos a um crescimento de projetos de cartografia de 127%, passando a cartografia a representar 49,4% dos projetos de aquisição de dados e a topografia a representar 21% do mercado e a crescer 5 vezes mais que o ano de 2022.

O descrito evidencia uma recuperação do investimento deste setor, pilar na modernização e na sustentabilidade do desenvolvimento, que de 2022 para 2023, com um potencial de crescimento superior a 300%, apenas cresce 67% pela conflitualidade ocorrida.

Se analisarmos a estrutura da faturação desde 2000, é visível a importância dos projetos com não acionistas, privados e mercado internacional. O peso médio da faturação ao acionista Oeiras desde a constituição da Municípa (2000-2023) foi de 7,3%.



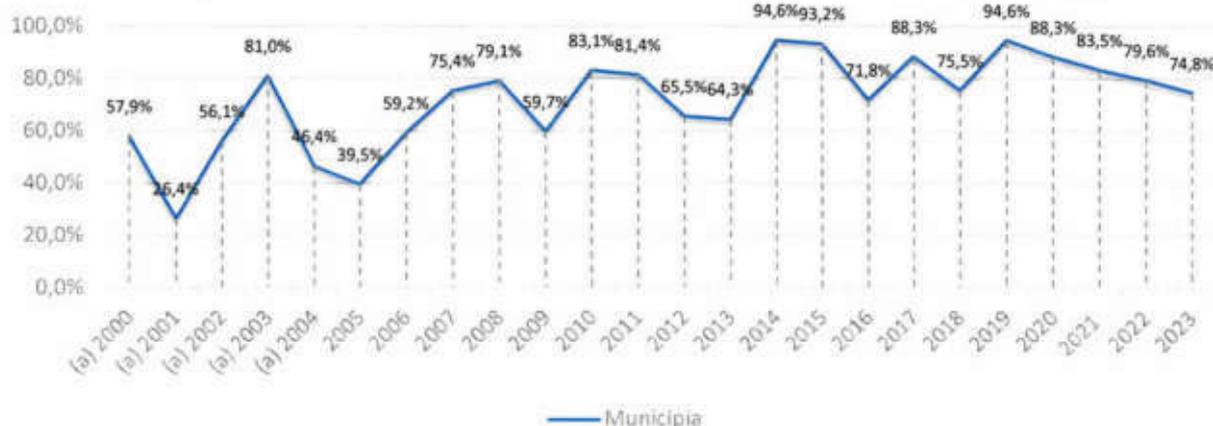
O peso médio da faturação dos acionistas (sem Oeiras) foi de 18,7%, não acionistas 44,8%, privados 16,5% e mercado internacional 12,6%.

Estrutura da faturação - 2023	
Descrição	%
Oeiras	2,0%
Acionistas (sem Oeiras)	13,2%
Não acionistas públicos	52,3%
Privados	32,5%
Mercado internacional	0,0%
TOTAL	100,0%

Em 2023, a faturação do acionista Oeiras representa 2% do total da faturação e os restantes acionistas 13,2%.

Resulta daqui a evidência da independência da empresa relativamente à estrutura acionista. Desde o princípio do século, foi evidente este fenómeno da relação dos acionistas para com a empresa. Apesar de todos os esforços despendidos para a sua reversão, a faturação da empresa, com clientes não sócios, nos últimos 4 anos, representa 84,2%. O acionista Oeiras representa 5,5% da faturação total neste período e os restantes acionistas 10,3%.

Independência financeira da Município para com os acionistas



Se considerarmos o período pós Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, **diploma que estabelece o Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAELPL)**, a independência financeira da Município relativamente à sua estrutura acionista é em média de 82,4% apesar do que a lei estabelece.

Para melhor percebermos a importância deste valor fazemos referência ao nível de independência do Município de Oeiras relativamente ao Orçamento do Estado que, nos últimos 4 anos, é em média de 74,9%, constituindo-se como fator diferenciador altamente positivo no quadro dos 308 municípios portugueses.

De acordo com a Lei 50/2012 o peso contributivo dos subsídios à exploração atribuídos pela entidade pública participante (acionista) não deve ser superior a 50% das suas receitas. Tendo em conta as variáveis acima referidas bastaria aplicar a percentagem de 50% à faturação do acionistas (e não à subsidiação que nunca se verificou) para nesse quadro não existir necessidade de consolidação financeira havendo, pelo contrário, sempre lugar à distribuição de dividendos.

A este propósito importa trazer à colação o disposto no artigo 6.º da referida Lei, segundo o qual a constituição de empresas locais e as participações previstas no n.º 3 do artigo 1.º e no artigo 3.º **devem ser fundamentadas na melhor prossecução do interesse público** e, no caso da constituição de empresas locais, **também na conveniência de uma gestão subtraída à gestão direta** face à especificidade técnica e material da atividade a desenvolver.

As atividades a cargo das empresas locais ou das entidades participadas não podem nesse caso ser prosseguidas pelas entidades públicas participantes na pendência da respetiva externalização e na sua exata medida.

Para esse efeito, nos termos do n.º 1 do Artigo 50.º da Lei 50/2012 as entidades públicas participantes **“devem celebrar contratos-programa com as respetivas empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional onde se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local e regional assumidas”**.

O Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais (RJAEPL) é um instrumento à disposição dos acionistas que potencia, fomenta e permite o reforço do relacionamento entre os acionistas e as empresas locais com vantagens previstas na lei na defesa do interesse público.

A Municípia é uma empresa local, na qual o Município de Oeiras exerce uma influência dominante, que **tem por objeto**, entre outras atividades, nos termos dos seus estatutos, **a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica com vista à promoção do desenvolvimento local e regional** em cumprimento das atribuições das autarquias titulares da função acionista, nos termos da Lei.

Complementarmente e, salvaguardadas que estejam as condições para a boa prossecução das atividades de promoção do desenvolvimento local e regional na respetiva circunscrição e no respeito pelo regime previsto no artigo 34.º, **as empresas locais podem desenvolver a sua atividade no mercado de bens e serviços junto de outros agentes económicos**.

As tecnologias digitais podem ter um impacto transformacional na nossa capacidade de cumprir a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

O princípio subjacente à criação da Município e a sua experiência não poderia, pois, estar mais alinhado com a agenda internacional e com o movimento **"The Digital with Purpose Movement (DwP)"**.

O Movimento não pretende reestruturar os esforços existentes ou reafirmar intenções previamente declaradas – é uma corrida ao topo. Os membros partilham a ambição de criar valor empresarial através da aceleração radical do poder facilitador da tecnologia digital para os ODS, enquanto minimizam as externalidades negativas que possam surgir.

Os municípios devem, pela sua natureza e na prossecução das respetivas atribuições liderar a Agenda dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável, no interesse próprio e específico das respetivas populações.

A Transformação Digital das Cidades é seguramente o desafio nuclear de um Contrato no qual se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local a prosseguir pela Município enquanto entidade vinculada à prossecução do interesse público ao contrário das empresas suas concorrentes no mercado.

A **Transformação Digital das Cidades** é seguramente o desafio nuclear de um Contrato no qual se defina a missão e o conteúdo das responsabilidades de desenvolvimento local a prosseguir pela Município enquanto entidade vinculada à prossecução do interesse público ao contrário das empresas suas concorrentes no mercado.

A **Transformação Digital das Cidades** tem que ter um propósito. E esse é o desafio que se coloca hoje aos acionistas desta empresa municipal, se assim for entendido, prosseguir esse objetivo de forma externalizada com a Município.

As alterações climáticas são um problema global que exige respostas concertadas a nível global e ações adequadas a nível local. A transformação digital constitui uma ferramenta de integração de dados e inteligência que oferece a capacidade analítica necessária à monitorização das emissões e das políticas e medidas setoriais neste âmbito, bem como a avaliação da sua adequação e viabilidade, quer em termos de impacto, quer em termos de resultados.

A mitigação é um esforço global onde as obrigações dos municípios na monitorização e comunicação para avaliar e garantir que as medidas que estão a ser implementadas estão a dar resposta aos objetivos que são definidos internacionalmente, assume cada vez maior importância.

Os objetivos de neutralidade climática da União Europeia até 2050, as metas climáticas da União Europeia para 2030 e o Acordo de Paris estão na base do reforço do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia para 2021-2027 e do Next Generation EU. Os

municípios têm que reforçar o seu protagonismo alinhados e beneficiando dos financiamentos disponibilizados.

Contamos com os acionistas e com uma visão diferente da utilização dos recursos de que dispõem na Município.

Os Municípios têm na Município o suporte para o alinhamento com a agenda global de transformação digital **"TO A SMARTER, MORE SUSTAINABLE WORLD WITH DIGITAL SOLUTIONS AT ITS CORE"**.

A Município não abdica da responsabilidade na promoção da cidadania com soluções diferenciadoras únicas, promovendo o papel das tecnologias digitais em 25 anos de existência.

Aos nossos acionistas deixamos o desafio de descolar sem receio da normalidade e assumir o papel de protagonista da Inovação, desenhando um plano de transformação digital da cidade com objetivos estratégicos diferenciadores, com propósito.

Oeiras, 12 de fevereiro de 2024

O Diretor Geral,



(António Fernandes)

2.2. Atividade Desenvolvida

Investigação e Desenvolvimento (I&D)

A Municípa nunca abdicou da qualidade dos serviços, da inovação permanente, do profissionalismo, da enorme competência da equipa e da sua responsabilidade para com o serviço público, protagonizando em cada momento o caminho da inovação.

A atividade de Investigação & Desenvolvimento (I&D) é transversal a todos os serviços da Municípa.

No âmbito **do investimento em I&D** a Municípa, ao longo dos anos, preparou uma resposta aos desafios emergentes das SmartCities, desenvolveu soluções que têm um enorme potencial de retorno de investimento. Investiu sempre em novos produtos, que constituem hoje um significativo património tecnológico dos quais destacamos:

2.2.1. CityHUB

Conceção e desenvolvimento de plataforma centralizadora de soluções digitais www.cityhub.pt. É uma plataforma para criar **municípios interativos**, com elevado nível de sofisticação, diversidade temática e robustez.

Totalmente assente em software OpenSource, o cityhub.pt permite ao município disponibilizar um único ponto de contacto ao cidadão e às equipas, com um design comum aos mais diversos serviços, estabelecer uma gestão de equipas mais assertiva e beneficiar da utilização das mais avançadas Tecnologias de Informação Geográfica para gerir território, com base na localização.

O CityHUB é a solução para a construção de uma Smart CITY. É um SISTEMA de gestão integrada do TERRITÓRIO, onde tudo se liga. Implica a montagem de uma Infraestrutura de Dados Espaciais (IDE) e um plano de TRANSFORMAÇÃO DIGITAL da cidade.

O desenvolvimento do conceito resulta da experiência e conhecimento do estado da digitalização e da qualidade dos serviços digitais prestados pela administração pública e, na prática de participação em projetos internacionais, como é o caso do projeto europeu que integrámos em 2016 e onde tivemos a responsabilidade da Investigação e do Desenvolvimento de Novos Produtos de software alinhados com a transformação digital como objetivo.

A Municípa posiciona-se como gestora do solo e do subsolo dispõe de capacidade de desenvolvimento e entrega de serviços e soluções inovadoras que asseguram uma transformação digital das cidades. Promovendo cidades inclusivas e com sustentabilidade climática, ambiental, financeira, energética e social com evidentes benefícios para o desenvolvimento local e melhoria do bem-estar da respetiva população.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Com respostas ao nível dos serviços e das soluções capazes de assegurar a monitorização dos riscos e das alterações climáticas.

2.2.2 UE Geosmartcity

Integramos o projeto europeu Geosmartcity, em conjunto com 12 entidades europeias de 9 nações diferentes. Envolvemos neste período os nossos meios e os recursos humanos mais especializados, na produção de ferramentas opensource e estudos de base espacial em 2 áreas fundamentais de gestão:

- eficiência energética (denominada no projeto por **Green Energy**) e,
- gestão de infraestruturas enterradas (denominado no projeto por **Underground Intelligence**).

Plataforma Underground Intelligence - Plataforma Greenenergy – Portal Geosmartcity

GeoSmartCity Project Outcomes Publications News Contact

INNOVATIVE SERVICES AND USER APPLICATIONS TOWARDS SMART CITIES

Smart City management requires integration of geographic data from many and heterogeneous sources. The ICT PSP European project GeoSmartCity establishes a cross platform, able to publish open GE and to provide specialised services based on open standards.

[Learn more](#)

The Hub
The project's main production "the Hub" is an open platform, able to publish open GE and to provide specialised services based on open standards services protocols.

Pilot Applications
The permeability of the GeoSmartCity Hub is demonstrated through the development of 11 pilot cases in the frame of the two scenarios **Green Energy and Underground**.

Training
Our training Modules are designed in order to make available existing knowledge and transfer the experience of the project towards the target groups of users.

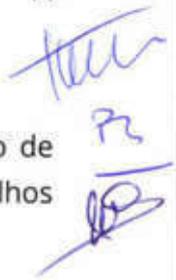
The Network
In view of the exploitation of the GeoSmartCity project results, the project Consortiums participate in the form of a large stakeholder community.

[About the Hub](#) [Pilot Applications](#) [Training Modules](#) [GeoSmartCity Network](#)

2.2.3. Underground Intelligence

Este cenário investigou como gerir melhor as redes de serviços públicos graças a uma partilha mais eficaz de dados, bem como a forma como a interação entre operadores de redes de serviços públicos, Administração Pública e cidadãos pode ser promovida usando aplicativos móveis e de desktop. Isto é conseguido através da exploração de geoinformação de base aberta e harmonizada (compatível com INSPIRE ou extensão dela), enriquecido por dados abertos para redes de serviços públicos, bem como fatores ambientais circundantes (morfologia, fatores de risco, assentamentos existentes e novos, serviços e infraestruturas, monitorização de redes, cadastro, tráfego e seu impacto, etc.).

Com base num Webservice que expõe informação geográfica e dados de rede, o projeto desenvolveu um kit de ferramentas reutilizável para apoiar operadores industriais,



combinando capacidades de análise com todas as informações relevantes por meio de instalações de realidade aumentada de última geração no local para auxiliar os trabalhos de campo.

Este cenário tem os seguintes objetivos:

- gestão sustentável do subsolo e solo;
- dotar os municípios de ferramentas digitais sofisticadas com o propósito de garantir uma eficaz rentabilização quer dos atravessamentos subterrâneos quer dos atravessamentos aéreos das utilities instaladas;
- permitir uma gestão profissional do interesse de todos quer do ponto de vista da otimização dos recursos, quer do ponto de vista da manutenção das redes e do arrecadamento de receita adicional.

2.2.4. Green Energy

Este cenário tem os seguintes objetivos:

- Desenvolver serviços para contabilizar as poupanças energéticas dos edifícios (ou seja, definir modelos e serviços para monitorizar e analisar a irradiação solar e outros fatores que influenciam a produção e o consumo de energia);

- Disponibilizar serviços de apoio à utilização inteligente da energia para cada parte interessada;

- Apoiar as administrações públicas e as autoridades locais na definição e adoção de políticas a fim de identificar a melhor utilização e redução dos combustíveis fósseis, e aumentar as oportunidades de emprego local adotando planos de transição energética envolvendo atores públicos e privados.

- Neste cenário, os dados abertos (especificamente dados geográficos e dados gerados em tempo real ou quase real) e novas tecnologias relacionadas (SOA, Big data, BI e GeoBI, smart metering) são facilitadoras essenciais das estratégias de energia verde.

2.2.5. Connect

A Município cria com sucesso a maior plataforma **Municipal** de compras públicas no país, com mais de 250 entidades públicas aderentes, sendo a esmagadora maioria autarquias.

Promovemos **Compras Sustentáveis, Transparência e boa Governança** dos organismos públicos. A CONNECT – Central Compras Públicas tem uma plataforma digital, onde a cada momento pode saber quais os **Acordos Quadro** ativos e bem assim o que é possível adquirir e a que preços.

2.2.6. UNIQUEPATH

Este é um projeto inovador, que mereceu o apoio e financiamento do Turismo de Portugal assente numa ideia de negócio com reconhecido potencial, mas que comporta todos os desafios inerentes a uma qualquer start up tecnológica.

Por defeito, as start ups devem estar particularmente sensíveis para dados e indicadores que vão recolhendo nas fases de lançamento e estarem disponíveis para procederem a ajustes ao longo do trajeto, se tal for necessário para validarem a sua operação.

Este projeto nasceu e foi apadrinhado pelo Turismo de Portugal, numa época pré-pandemia, onde o comportamento do Turismo, procurava este tipo de plataforma pela sua oferta singular.

Procura-se encontrar os níveis de turismo que antecederiam a pré-pandemia de modo a relançar com êxito este produto, após alguns ajustes ao mesmo, que ainda estão a decorrer.

2.2.7. Transformação digital das cidades

O País vive um momento onde a perceção da transformação digital das cidades exige uma maior velocidade. Não existem serviços online/interativos nem capacidade analítica que assegure um alinhamento com a agenda global de transformação digital **"TO A SMARTER, MORE SUSTAINABLE WORLD WITH DIGITAL SOLUTIONS AT ITS CORE"**.

A Global Enabling Sustainability Initiative (GeSI) é uma fonte líder de informações imparciais, recursos e melhores práticas para alcançar a sustentabilidade social e ambiental integrada através de tecnologias digitais, onde será possível melhor perceber o papel da Município na sua trajetória.

Percecionar a solução para um "smarter future" passa por uma abordagem metodológica clara e assertiva onde o conceito "CityHUB" será a motivação agregadora das vontades.

A Município desenhou o conceito e propõe um conjunto de serviços alinhados com a agenda global de transformação digital com objetivo, na defesa do interesse público e na modernização da administração pública, dirigido à criação de Cidades Sustentáveis e Inclusivas com as melhores práticas de utilização das tecnologias digitais.

Serviços:

- | | |
|--------------------------|---------------------|
| - smart land | - smart taxes |
| - smart utilities | - smart planning |
| - smart infrastructures | - smart market |
| - smart street | - smart governance |
| - smart mobility | - smart energy |
| - smart sustainability | - smart citizenship |
| - smart civil protection | - smart security |

Handwritten signature and initials

Dito isto, digitalizar o cadastro da propriedade (rústica/urbana), o cadastro das utilities - todos os atravessamentos territoriais de solo e subsolo, o cadastro dos bairros sociais entre outros e desenvolver soluções de gestão modernas interativas na palma da mão, de forma automática, permite ao município melhorar substancialmente a sua receita, garantir justiça social, sustentabilidade, promover a cidadania e a inclusão alinhando a sua estratégia com a agenda de transformação digital como objetivo.

Garantindo uma resposta adequada dos municípios aos riscos e aos desafios ambientais e transformações climáticas que teremos de gerir, monitorizar e reportar.

1. Cadastro

Uma base cadastral bem estruturada e permanentemente atualizada constituirá a fonte de informação indispensável que as entidades gestoras utilizarão na avaliação de desempenho e de diagnóstico estrutural, funcional e ambiental dos seus sistemas, pois:

No diagnóstico estrutural porque permite avaliar o estado físico identificando os riscos e fragilidades do sistema;

No diagnóstico funcional porque permite ter a base para simular as condições de funcionamento, com identificação e caracterização das insuficiências e deficiências, permitindo avaliar a capacidade de resposta através de modelação e identificar os locais com necessidades de intervenção.

No diagnóstico Ambiental porque permite avaliar o desempenho ambiental do sistema e isolar as principais situações de risco e vulnerabilidade.

Desta forma, o cadastro torna-se na ferramenta fundamental para se efetuar a Gestão otimizada e sustentável, melhorando o desempenho das entidades gestoras nas suas obrigações de prestação de serviço público de qualidade, nomeadamente porque conduz:

- À melhoria no ajuste do nível de serviço e sua adequação aos vários perfis de consumidores;
- À real noção da fiabilidade e vulnerabilidade dos sistemas;
- À sustentabilidade dos recursos consumidos - no caso da água e da energia;
- À devida noção do risco da atividade e gerir esse mesmo risco;
- À maximização do prolongamento da vida útil das infraestruturas maximizando a rentabilização do investimento;
- À justificação fundamentada das prioridades de investimento.

2. Serviços

Com uma equipa multidisciplinar e experiente e meios técnicos adequados, a Município consegue dar todas as garantias de uma recolha de dados e produção de informação consolidada, com um tratamento de dados em ambiente geográfico relacional, controlo de qualidade técnico e gráfico e produção de relatórios.

As atividades que a Município desenvolve, permitem que esteja presente em todas as fases de desenvolvimento de projetos desta natureza, nomeadamente:

- Na consultoria técnica e desenvolvimento de projeto com diagnóstico preliminar;
- No desenho e desenvolvimento de soluções em ambiente SIG, WEBSIG, e SIG MOBILE para aquisição, tratamento, integração e suporte à gestão;
- Nos inventários e cadastro em campo com recolha de dados e caracterização técnica através de equipamentos como sondas, CCTV, GPS, Videografia, Laser, etc.;
- Produção de cartografia base, cadastro predial e expropriações;
- Nos trabalhos de carregamento de dados em ambiente SIG ou CAD e respetiva análise de dados, controlo de qualidade e emissão de relatórios.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Internacionalmente respondemos a 5 concursos na área do cadastro, na aquisição de dados e na consultoria, para 2024 estimamos que esta área ganhe um maior relevo na nossa atividade uma vez que os concursos em Portugal são cada vez em menor número.

Estamos comprometidos em continuar a avançar, inovando para responder a todas as solicitações e a todos os aspetos técnicos mais desafiantes utilizando as tecnologias adequadas no que respeita à modernização da gestão territorial e na promoção do desenvolvimento sustentável.

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 B
 10

Direção de Engenharia e Infraestruturas

2023 constituiu-se como um ano de continuidade das atividades desta direção com um volume global de negócios (contratos em curso) de 428 897,60€ distribuídos pelas duas principais áreas de atividade - cadastro de infraestruturas e projetos de expropriação.



Figura 1 - gráfico com representação em escala logarítmica - A maior fatia de contratos recai sobre os projetos relacionados com o cadastro de infraestruturas nomeadamente para a APDL e projetos de expropriações relacionados com obras de Ferrovia.

Das atividades desenvolvidas pela DEI em 2023 destacam-se os projetos de cadastro de infraestruturas para a APDL. Trata-se de projetos de carácter de elevada complexidade face aos tradicionais levantamentos cadastrais executados para outros setores, devido a componente técnica de especialidade exigida para os setores de hidráulica, redes elétricas, telecomunicações, gás e combustíveis incluindo sondagens e deteções no subsolo e produção de esquemas de redes e modelos.

Estes projetos, permitem continuar a posicionar a Município como uma das empresas de referência no mercado para este tipo de especial complexidade de trabalhos, com equipas multidisciplinares, criando uma mais-valia de diferenciação de serviços adequados a perfis de clientes mais diversificados e exigentes.

Este é o resultado da aposta na formação e em tecnologia que a Município desenvolveu nos últimos anos que deu frutos de confiança e posicionamento no mercado, não só em termos específicos nas matérias de conhecimento do modo de operação e instalação dos diferentes tipo de infraestruturas, como na operação de equipamentos de sondagem e deteção de subsolo, bem como o desenvolvimento de sistemas de gestão de redes de subsolo - **underground intelligence**.

Handwritten signature and initials in blue ink.

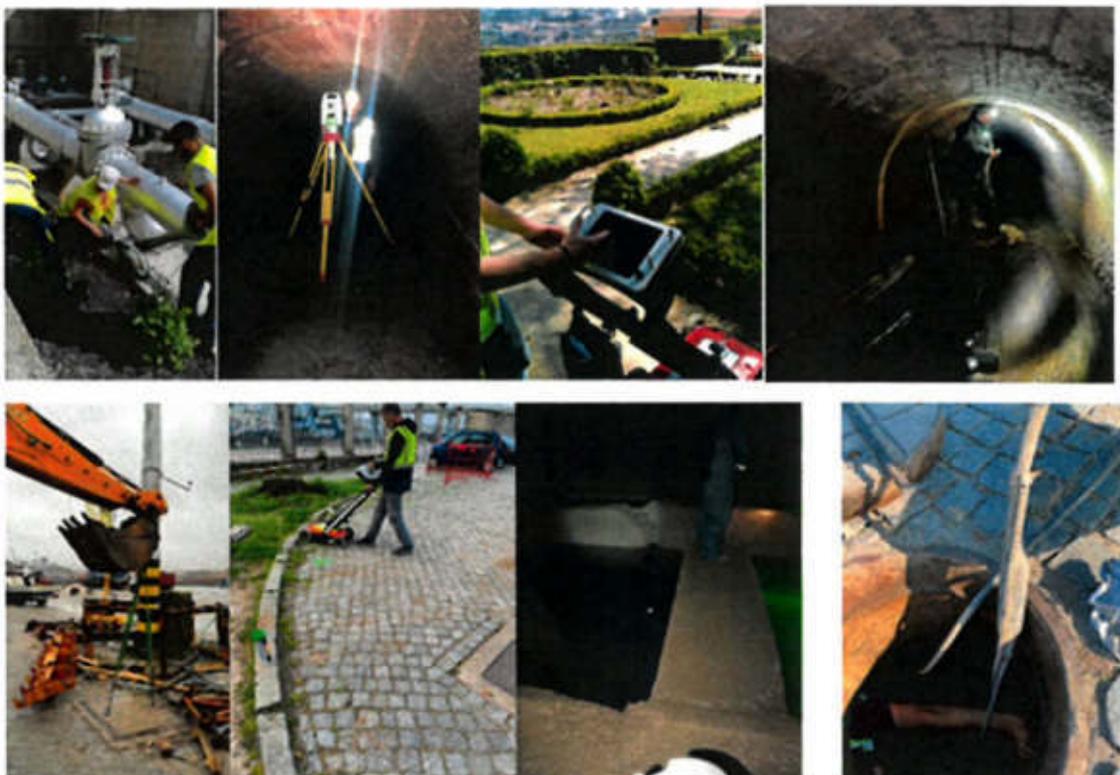


Figura 2 - Equipe em trabalhos diferenciados de cadastro e sondagem vocacionada para trabalhos em qualquer ambiente e complexidade

Atualmente a Município está capacitada para dar uma resposta abrangente em termos de rigor, precisão e diversidade, não só para projetos de larga escala em termos de abrangência territorial, como de maior escala de detalhe e multidisciplinariedade. As atividades desenvolvidas nos projetos estão focadas na precisão de sondagens de subsolo com técnicas intrusivas e não intrusivas, rigor topográfico e um maior detalhe de caracterização tecnológica e operacional das infraestruturas.

Em 2024, a Município tem como objetivo continuar a **primar** pela otimização da sua metodologia, capacidade tecnológica e "know-how" na abordagem às necessidades dos seus clientes nas áreas de engenharia e estudo de diagnóstico, contribuindo para que estes cumpram as metas e objetivos a que se propuseram com confiança sustentados em dados e informação real e fidedigna.

Manteremos o foco num cadastro multifuncional, centrado no âmbito do planeamento/projeto, gestão e diagnóstico das infraestruturas intervencionadas permitindo que a informação disponibilizada aos nossos clientes seja rigorosa e dê as respostas no âmbito da sustentabilidade e eficiência dos seus recursos e valorização dos seus ativos.



Direção de Inteligência Espacial

As atividades do ano de 2023 da Direção de Inteligência Espacial (DIE) dividiram-se em projetos internos e projetos externos.

Os projetos internos que visam manter o normal funcionamento da Município e apoiar tecnicamente as restantes direções, dividiram-se em Manutenção do Site da Município, Manutenção do Site da Connect, apoio à Plataforma de Gestão do Sistema de Gestão da Qualidade; apoio ao novo Sistema de Gestão Documental, em *Help Desk* às diversas divisões, em Auditoria e Manutenção da infraestrutura tecnológica de toda a empresa, no apoio ao SAP e no desenvolvimento e análise de soluções requisitadas pelas restantes direções.

Continuamos a prestar apoio técnico aos projetos da DEI e da DCC, nomeadamente apoiando o processo de conversão das metodologias de trabalho tendo em conta o recente Modelo de Dados de cartografia da DGT.

Ainda no âmbito dos projetos internos, decorreu durante o ano de 2023 a reestruturação da infraestrutura tecnológica da Município através da aquisição e configuração de novos equipamentos para a atualização do Data Center da Município.

Relativamente aos projetos vocacionados para a resposta a serviços contratados por clientes, ou desenvolvidos no âmbito de projetos de investimento com a perspetiva de rentabilização futura, destacamos a continuação da migração de clientes para a Plataforma CityHub e implementação da plataforma em novos clientes, a conclusão de projetos no âmbito de estudos e planos, de aquisição de dados, de Migração e Harmonização de Bases de Dados e de Formação em Sistemas de Informação Geográfica.

Relativamente às perspetivas para 2024 destacamos a elaboração de cartografia de risco e planos e o levantamento de informação geográfica, nomeadamente do cadastro arbóreo e do espaço público bem como ações de formação.

Perspetiva-se também a manutenção e implementação da plataforma CityHub através da migração nos municípios que têm a antiga plataforma munWebGIS e na angariação de novos clientes, no mercado nacional e internacional.

Nesta plataforma, com um conceito que pretende ser um acesso centralizado a todas as aplicações de base geográfica para os Municípios, continuámos durante este ano a desenvolver e melhorar a plataforma existente, bem como a implementar novos módulos que vão de encontro às necessidades do mercado da informação geográfica nacional.

Handwritten signature and initials in blue ink.

Direção de Novos Negócios

A Direção de Novos Negócios tem como principal missão a criação de parcerias que proporcionem inovação, bem como o desenvolvimento de duas valências principais a Gestão de Frotas e Connect®.

Quanto à Gestão de Frota, verifica-se que é um produto de grande procura por parte das autarquias e corporações de bombeiros, onde este apresenta uma grande maturidade tecnológica e com enorme aceitação por parte dos clientes, gerando níveis de faturação superior a 500.000 euros por ano.

É um produto, que em face da tipologia do cliente, tem permitido alavancar ou realizar “cross selling”, com outras atividades da empresa, pelo que é uma inegável mais-valia para esta sociedade.

Relativamente à Connect®, cabe à DNN, dar todo o suporte comunicacional e de Marketing, sendo uma área de negócio com uma alta margem de crescimento, como se constata pelo crescimento do número de aderentes que se tem observado:





Handwritten signature and initials in blue ink.

Como principais entidades utilizadoras da Central, temos a CM de Leiria, CM de Coimbra, a CM de Odivelas, CM Cascais e CM de Lisboa, que identificaram rapidamente a possibilidade de comprar de forma célere, transparente e simples, produtos e/ou serviços a disponibilizar aos seus Municípios.

Ao longo do ano, a atividade da Connect®, concorreu para um valor superior a 500.000 euros de faturação, prevendo-se níveis de faturação superiores no próximo ano, em linha com as expectativas do mercado e dos contratos angariados ao longo de 2023.

A Connect faz ao longo da sua história, a gestão de perto de 150.000.000 euros de contratos, sendo já um êxito de âmbito nacional.

Como este êxito nos traz responsabilidade acrescida e como pretendemos continuar a crescer e acompanhar as tendências europeias, tornou-se incontornável alinharmos a estratégia da Connect® com a tendência do mercado europeu, e também com a do mercado nacional, onde as compras sustentáveis, aparecem regulamentadas, através da resolução número 13 do Conselho de Ministros, onde foi aprovada a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 - ECO360 e a resolução do Conselho de Ministros 132/2023 (outubro 2023).

É neste contexto que a Município/Connect, no final de 2023, inicia um processo de implementação de um sistema de compras sustentáveis, sendo no país, a primeira Central de Compras a ser acreditada no âmbito da norma NPISO 20400, **concorrendo desta forma para catalisar as compras públicas sustentáveis junto de todas as entidades aderentes**, através da promoção de Acordos Quadro que tenham embutidas as

preocupações de sustentabilidade emanadas pela norma NPISO 20400, e **contribuindo para o cumprimento das orientações ECO360.**

[Handwritten signature]
P2
[Handwritten signature]

Atividade Comercial

Concursos

O quadro seguinte espelha o resultado das propostas apresentadas no contexto do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, bem como as propostas apresentadas espontaneamente ou através de consulta, por todas as Direções da Municíпия, ao longo do ano de 2023:

PROPOSTAS	Nº Propostas 2022	Nº Propostas 2023	Δ% Nº Propostas 22-23	Em Valor		Δ% Valor 22-23
				2022	2023	
Propostas adjudicadas	154	124	-19,5%	2.090.008	1.531.523	-26,7%
Propostas em aberto	378	219	-42,1%	25.985.212	20.329.704	-21,8%
Propostas recusadas	25	117	368,0%	799.394	2.075.748	159,7%
Total de Propostas Apresentadas	557	460	-17,4%	28.878.614	23.936.975	-17,1%

Unidade: euros

Constata-se, através da leitura do quadro anterior, que a empresa apresentou 460 propostas ao longo do ano de 2023, o que reflete a apresentação de mais de 1 proposta a cada dia útil. Verificou-se uma variação negativa de 19,5%, em número de propostas adjudicadas e uma variação negativa de 26,7% no valor (euros) das propostas adjudicadas. No entanto, se analisarmos as propostas apresentadas versus as propostas adjudicadas, em 2022 e 2023, verifica-se que a eficácia se mantém a mesma.

Importa ainda referir quais os clientes que mais contribuíram em volume de faturação em 2023 e que se elencam, seguidamente, por ordem decrescente:

TOP 10 CLIENTES	Valor	Peso Relativo no Total da Faturação
EDP COMERCIAL	244.304	10,40%
MUNICÍPIO DE COIMBRA	216.905	9,30%
MUNICÍPIO DE LEIRIA	196.888	8,40%
UIC	78.264	3,30%
CERTOMA	66.842	2,90%
ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DOURO E LEIXÕES	63.558	2,70%
LUBRIFUEL	62.278	2,70%
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL BEIRAS E SERRA DA ESTRELA	52.058	2,20%
MUNICÍPIO DE OEIRAS	46.305	2,00%
SISTOPO	45.828	2,00%

Unidade: Euro

O quadro anterior é elaborado com base no valor total da faturação em euros e sem IVA.

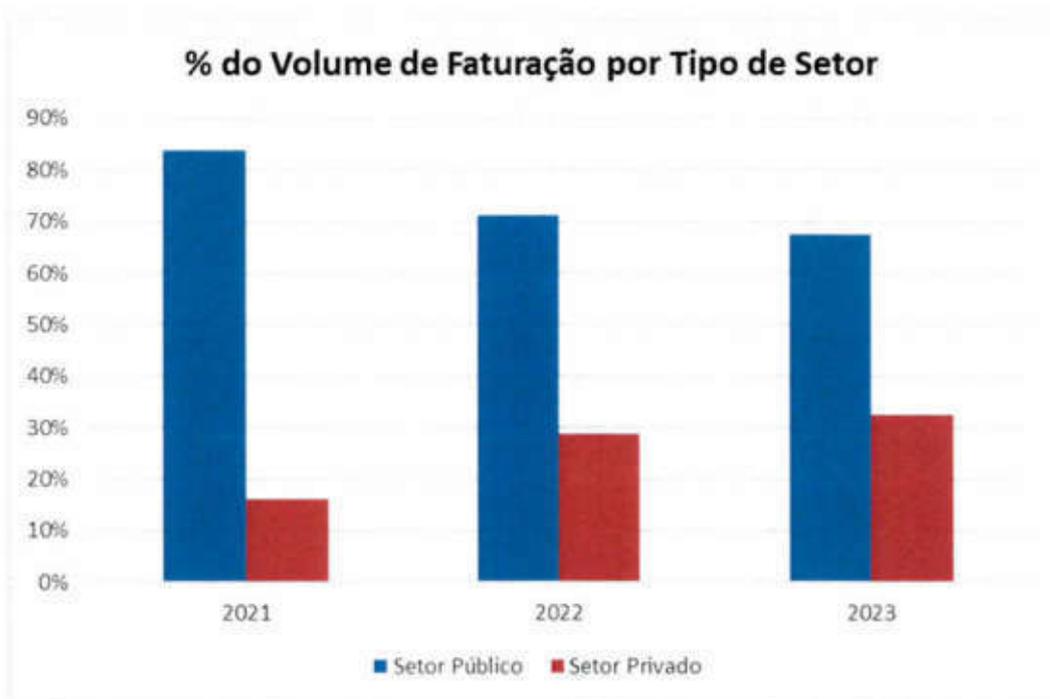
Tipologia de Clientes

O setor público continua a ser o setor preferencial de atuação da Município, com 67,50% da faturação, apesar de registar um decréscimo de 5% face ao ano anterior.

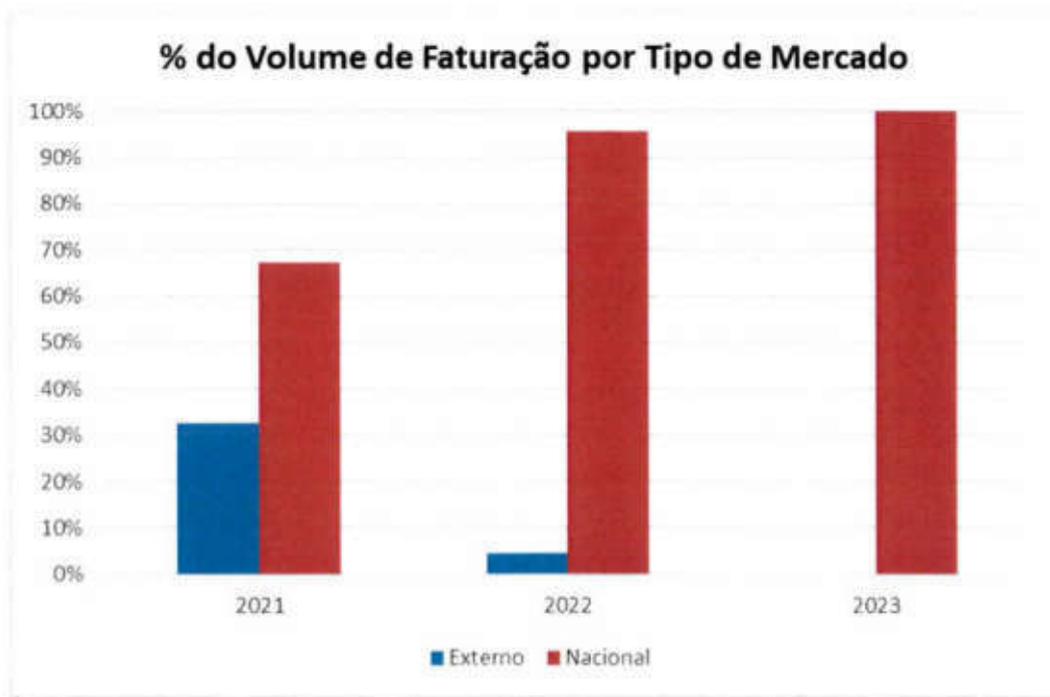
O setor privado explica cerca de 32,50% da faturação, ou seja, mais 12% que no exercício anterior.

FATURAÇÃO	2021	2022	2023
Setor Público	83,79%	71,10%	67,50%
Setor Privado	16,21%	28,90%	32,50%

Handwritten signature



FATURAÇÃO MERCADO	2021	2022	2023
Externo	32,76%	4,45%	0,00%
Nacional	67,24%	95,55%	100,00%



2.3. Certificações Técnicas e Marcas Registadas

Certificações Técnicas



A Direção Geral do Território certifica que a empresa Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A. está autorizada a exercer todas as actividades relacionadas com a produção e gestão de informação geográfica, desde a Fotografia Aérea ao Cadastro:

. Alvará N°1/2003 CD no domínio do Cadastro Predial.



Certificada como entidade formadora pela DGERT, Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.



O sistema de gestão da organização foi auditado e cumpre com os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2015.



Marcas Registadas



Municípiã ®
Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação.



Central Nacional de Compras Municipais CONNECT ®
Criada ao abrigo do DL 200/2008 de 9 de Outubro, suportada pelo Estudo de Viabilidade Económica realizado por Augusto Mateus, Lda.



Comunidade de Municípios, que divulga a poupança e retorno do investimento esperados pela utilização de tecnologias de captação de energia solar, em cada cobertura.



UNIQUEPATHS ®



Empresa de Serviços Energéticos.



2.4. Objetivos Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, adotaram a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, onde estão definidas as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030 e procuram mobilizar esforços globais à volta de um conjunto de objetivos e metas comuns.

As Nações Unidas declararam 2020-2030 a Década de ação para cumprir os ODS e apelam a uma maior ambição e sentido de urgência para acelerar a transição.

A Municípia responde a este desafio, ajustando a nossa oferta tendo em conta alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, alinhando a estratégia de compras com a tendência do mercado europeu, e do mercado nacional.

No final do ano de 2023, a Municípia iniciou um processo de implementação de um sistema de compras sustentáveis, concorrendo desta forma para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 [Initials]

2.5. Recursos Humanos

No final de 2023, a Município contava com 42 colaboradores ao seu serviço, o que representou um decréscimo de 30% face ao final do ano anterior (60). Este decréscimo justifica-se pelo término de alguns dos projetos angariados pela DCC, nomeadamente o projeto sistema de informação cadastral simplificada do Município de Coimbra e o projeto para a elaboração do cadastro simplificado para o Município de Sever do Vouga.

Ficando a composição dos Recursos Humanos estruturada da seguinte forma, quanto ao vínculo laboral:

TIPO DE VÍNCULO CONTRATUAL	2022	2023	Δ% 2022-2023
Contrato sem termo	35	33	-6%
Contrato a termo certo	13	9	-25%
Contrato a termo incerto	12	0	-100%
Σ dezembro	60	42	-30%

O capital humano da empresa no final de dezembro de 2023, por género, era constituído da seguinte forma:

CAPITAL HUMANO	2022	2023	Δ% 2022-2023
Género Masculino	37	28	-24%
Género Feminino	23	14	-39%
Σ dezembro	60	42	-30%

O nível de habilitação do conjunto dos trabalhadores da Município está espelhado no quadro seguinte:

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	2022	2023
Doutoramento	1	0
Mestrado	8	2
Ensino Superior	36	27
Ensino Secundário	15	13
3º Ciclo Ensino Básico	0	0
Total	60	42

O absentismo registado em 2023, tem essencialmente origem na Doença (Baixa emitida pela segurança social (53%) e Doença, leia-se indisposições (27%)), representando 80% da totalidade das ausências verificadas neste ano. Considerando o número de dias úteis no ano e o número de dias de ausências, o rácio do absentismo em 2023 foi de 2,1%.

TIPOS DE ABSENTISMO	BAIXA S. SOCIAL	LIC. PARENTAL	DOENÇA	OUTRAS				TOTAL
				CASAMENTO E LUTO	OBRIG. LEGAIS	DESLOCAÇÃO À ESCOLA	AUTOR./APROVADAS EMPREGADOR	
Σ EM DIAS	107	25	54	11	1	2	1	201
PESO RELATIVO	53%	12%	27%	5%	0,00%	1%	0,00%	100%

No quadro seguinte, pode-se observar que 11% dos trabalhadores tiveram a possibilidade de frequentar ações de formação. Das 78 horas, 42 horas (54%) foram de especialização e 36 horas (46%) foram investidas em workshops, palestras e conferências.

INVESTIMENTO EM FORMAÇÃO	2023
N.º de Formandos	6
N.º de Ações	5
Horas de Formação	78

Gastos com Remunerações

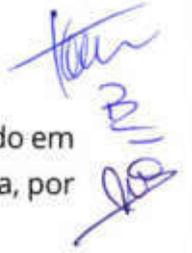
No quadro seguinte, demonstram-se os valores registados na conta de Gastos com o Pessoal e Administração, estando estas remunerações também descritas no anexo. O peso de cada rubrica na estrutura destes gastos e as respetivas variações entre 2021 e 2023, em termos percentuais, são as que se descrevem, em seguida:

Natureza	2021	2022	2023	Peso % no total	Var. 21-22	Var. 22-23
Remunerações, Subs. Férias e Natal e Sub. Alimentação	950.450,87	1.204.994,76	1.270.837,06	76,89%	26,78%	5,46%
Horas extra	171,36	2.276,20	7.066,68	0,43%	1.228,31%	210,46%
Senhas de Presença	10.846,68	9.570,60	9.570,60	0,58%	-11,76%	0,00%
Encargos patronais, Seguros AT e de Saúde e Higiene e Segurança trabalho	244.240,55	306.487,48	329.844,09	19,96%	25,49%	7,62%
Ajudas Custo	12.410,42	11.578,93	8.833,00	0,53%	-6,70%	-23,71%
Formação, Créditos de formação e outros, compensações e outras	6.172,66	5.215,64	26.663,44	1,61%	-15,50%	411,22%
TOTAL	1.224.292,54	1.540.123,61	1.652.814,87	100,00%	25,80%	7,32%

Os gastos com remunerações, subsídios de férias e natal e subsídios de alimentação, descritos na 1ª rubrica, sofreram um acréscimo de 5,46%, face à necessidade de prolongar uma das equipas para o novo projeto de cadastro simplificado, por mais 5 meses.

A rubrica de horas extra, sofreu um crescimento de 210,46%, o que representa apenas 0,43% do peso das remunerações e fica-se a dever à necessidade de realizar coberturas aéreas ao fim de semana, à necessidade da realização de serviços de instalação e melhorias em ambiente produtivo num projeto, durante sábados, para garantir que estas atividades não provocassem quebra de serviço nos sistemas do cliente durante o horário de expediente e à necessidade de se efetuar um upgrade ao Datacenter, onde as diversas migrações de servidores para a nova infraestrutura deve ser efetuado fora das horas normais de trabalho.

O valor das senhas de presença mantiveram o valor face ao ano transato.

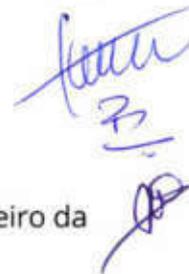


Os encargos patronais, seguros e higiene e segurança no trabalho subiram 7,62%, tendo em conta o prolongamento da contratação de pessoal para o projeto de cadastro de Leiria, por mais 5 meses.

Regista-se o decréscimo da rubrica de ajudas de custo em 23,71% face a 2022, tendo em consideração a existência de menos projetos com recurso a trabalhos de campo.

Na rubrica de formação, créditos de formação, compensações e outros assistiu-se a um acréscimo de 411% face ao ano anterior. Nesta rubrica o maior peso regista-se nas compensações, em virtude dos contratos de trabalho que foram terminando ao longo do ano.

Em termos globais, registámos um acréscimo de 7,32% essencialmente devido à necessidade de manter por mais 5 meses, o número de funcionários para o novo projeto específico de Leiria.



2.6. Evolução Económico-Financeira

O relato financeiro que se segue, visa explicar as tendências do desempenho financeiro da Município, tendo em conta valores comparáveis dos últimos exercícios.

Apesar deste relato se basear em valores históricos, o que permite verificar a progressão/desempenho da sociedade nos últimos anos, também permitirá perspetivar o futuro da Município, através de Indicadores que medem a performance da empresa.

Em seguida, resumem-se as principais rubricas do desempenho económico da Município nomeadamente, através da análise da Demonstração de Resultados, Total de Ganhos e Gastos, dos Resultados Operacionais, dos Resultados Financeiros, dos Resultados Antes de Impostos e dos Resultados Líquidos, dos Indicadores de Atividade, de Gestão, de Tesouraria, de Equilíbrio Financeiro e dos Indicadores Legais, ao longo dos últimos três exercícios.

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 B
 [Initials]

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SÍNTESE

No quadro seguinte, pretende-se evidenciar a evolução dos Ganhos e Gastos registados no último triénio, bem como a sua variação nesse período.

	2021	2022	Var.% (21-22)	2023	Var.% (22-23)
Ganhos Operacionais					
Serviços Prestados (Volume de Negócios)	2.577.874	2.181.271	-15%	2.500.434	15%
Subsídios à Exploração /Trabalhos para própria entidade	179.847	0	-100%	0	0%
Reversões de Imparidades	24.126	186.287	672%	0	-100%
Outros Rendimentos ou Ganhos	444.165	361.820	-19%	110.918	-69%
Total dos Ganhos Operacionais	3.226.011	2.729.378	-15%	2.611.352	-4%
Gastos Operacionais					
Fornec. e Serviços Externos	1.569.732	1.456.570	-7%	1.284.671	-12%
Gastos com Pessoal	1.224.293	1.540.124	26%	1.652.815	7%
Imparidade de dívidas a receber	0	64.650	100%	0	-100%
Outros gastos e perdas	82.298	211.573	157%	153.191	-28%
Gastos/reversões de depreciações / Provisões	180.744	417.523	131%	261.096	-37%
Total dos Gastos Operacionais	3.057.066	3.690.445	21%	3.351.773	-9%
Resultados Operacionais	168.945	-961.067	-669%	-740.422	23%
Ganhos Financeiros					
Juros e rendimentos similares obtidos	6.736	0	-100%	0	0%
Gastos Financeiros					
Juros e gastos similares suportados	117.353	62.024	-47%	65.898	6%
Resultados Financeiros	-110.617	-62.024	44%	-65.898	-6%
Resultados Antes de Imposto	58.328	-1.023.090	-1.854%	-806.319	21%
Impostos	22.446	23.673	5%	14.155	-40%
Resultado Líquido	35.882	-1.046.763	-3.017%	-820.475	22%

Unidade: Euros



A Município, registou um aumento de 15%, do seu volume de negócios, face ao ano transato, o que é revelador de uma melhoria nas adjudicações de projetos, com consequências diretas nos resultados.

Apesar do esforço comercial desenvolvido na apresentação de propostas, constatamos que apesar do número de adjudicações ter sido inferior ao do ano transato, a eficácia manteve-se a mesma ao compararmos as propostas apresentadas face às propostas adjudicadas. Deste modo, houve um acréscimo de 15% no volume de negócios, mesmo com o problema estrutural das entidades públicas, em que optam invariavelmente, pela definição do critério de adjudicação de monofator, com a utilização do preço mais baixo, quando deveriam na defesa dos seus interesses, nas suas compras de cariz técnico, privilegiar a classificação das propostas por critérios técnicos e de capacidade.

A rubrica de **outros rendimentos e ganhos** são essencialmente provenientes de arrendamento residual de uma área do escritório na sede, de diferenças de câmbio favoráveis, da venda de duas viaturas obsoletas e da devolução de taxas de justiça.

A rubrica de **ganhos operacionais** alcançou os **2.611.352 euros**, o que representa um decréscimo de 4% face ao ano de 2022. Esta diminuição, deve-se essencialmente, à variação positiva de 15% no volume de negócios e à diminuição de outros rendimentos, registados em 2022, em 69%.

Os gastos com a rubrica de **fornecimentos e serviços externos** registaram um decréscimo de 12% face ao ano transato. Este facto, deve-se essencialmente à subcontratação que ficou aquém do que tinha sido orçamentado para o ano de 2023.

Se analisarmos os **gastos operacionais**, verifica-se que diminuíram 9%, tendo para esta diminuição o contribuído todas as rubricas com a exceção dos gastos com pessoal, que subiram marginalmente.

Os **gastos com o pessoal**, subiram 7%, ficando esta variação a dever-se ao prolongamento da contratação de funcionários, por um período adicional de 5 meses, para permitir a execução do novo projeto que decorreu em Leiria.

Em 2023, não registou qualquer valor na rubrica de **imparidades de dívidas a receber**.

Quanto à rubrica de **outros gastos e perdas**, apresentou um decréscimo de 28%, valor que em termos absolutos representa menos 58.382 euros e que, no essencial, se fica a dever a diferenças de câmbio, despesas bancárias e a correções de exercícios anteriores.

As **amortizações e provisões**, registaram um decréscimo de 37%, tendo em consideração a normal descida na rubrica de amortizações de investimentos realizados nos anos transatos, mas sobretudo justificado pelo não registo de provisões neste exercício.

Handwritten signature and date: 3/1/23

Os **Resultados Operacionais** registaram um acréscimo de 23%, atingindo o valor negativo de 740.422 euros, tendo contribuído para este desempenho, o acréscimo dos proveitos operacionais em 15%, enquanto os gastos operacionais diminuíram 9%.

Os **Resultados Financeiros**, registaram um aumento de 6% face ao ano anterior, o que equivale a um valor negativo de 65.898 euros, e que se deve em grande medida à subida das taxas de juro.

Os **Resultados Antes de Impostos** foram negativos, concorrendo desta forma para a necessidade de reequilíbrio financeiro dos acionistas da sociedade. Refira-se que nos últimos 10 anos, este é o 3º ano atípico em que esta situação acontece, como se comprova pelos registos do RAI, desde 2014.

LEGAIS	Lei 50/2012									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328	-1.023.090	-806.319

* Lei 50/2012

Unidade: Euro

Quanto ao **Resultado Líquido**, que é apurado sobre o Resultado Antes de Impostos, aplicando-se os impostos previstos na lei, este foi em 2023 de 806.319 euros negativos.

INDICADORES DE ATIVIDADE

ATIVIDADE	2021	2022	2023	Var 21-22	Var 22-23
Volume de Negócios	2.577.874	2.181.271	2.500.434	-15%	15%
Rentabilidade das Vendas	1,39%	-47,99%	-32,81%	-3.548%	32%
EBIT (Resultado Operacional)	168.945	-961.067	-740.422	-699%	23%
Resultado Líquido	35.882	-1.046.763	-820.475	-3.017%	22%
Cash Flow Líquido	216.626	-564.586	-559.379	-361%	1%

Unidade: Euro

Handwritten signature and initials: "Almeida" and "B/B"

Todos os indicadores de atividade apresentam uma variação positiva face ao ano transato, o que evidencia uma recuperação da atividade da empresa e que se espera dar continuidade nos próximos anos.

INDICADORES DE GESTÃO

GESTÃO	2021	2022	2023	Var 21-22	Var 22-23
Volume de Negócios por Trabalhador - euros	56.041	36.355	59.534	-35%	64%
Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - dias	152	184	210	-21%	-14%
Prazo Médio de Recebimentos (PMP) - dias	389	232	147	40%	37%

Unidade: Euro

Volume de Negócios por Trabalhador (VN/Nº Pessoas) – sofreu um acréscimo de 64%. O número de funcionários a 31 de dezembro era de 42 (diminuição de 30% face ao ano transato) e o volume de negócios aumentou 15%. Cada funcionário gerou teoricamente 59.534 euros de volume de negócios, valor superior aos dois anos anteriores.

Prazo Médio de Pagamento (PMP) – O número de dias que em média a Município leva a satisfazer os seus compromissos, junto dos fornecedores, é agora de 210 dias, tendo piorado face ao ano anterior.

Prazo Médio de Recebimento (PMR) – Houve uma melhoria do número de dias médio de recebimento, o que originou que a Município receba em média a 147 dias.

INDICADORES DE TESOURARIA

Tesouraria	2021	2022	2023	Var 21-22	Var 22-23
Liquidez Geral	1,18	1,40	1,70	19%	21%

Liquidez Geral (AC/PC) – O indicador de liquidez geral tem registado melhorias significativas no último triénio, com uma variação positiva de 45%. No último ano, o indicador atingiu 1,70 revelando que as rubricas do ativo de curto prazo superam significativamente as rubricas do passivo de curto prazo. Para este desempenho, muito contribuiu uma diminuição da utilização das contas correntes caucionadas e uma diminuição da rubrica de outros credores, o que permitiu um decréscimo do passivo de curto prazo em 587.458 euros, enquanto que o ativo reduziu em 369.261 euros, respetivamente uma redução percentual de 28% e apenas de 13% no ativo, concorrendo assim para um rácio de liquidez de 1,70.

INDICADORES DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Equilíbrio Financeiro	2021	2022	2023	Var 21-22	Var 22-23
Autonomia Financeira	46,20%	52,50%	63,30%	13,6%	20,6%
Solvabilidade	0,89	1,20	1,79	34,8%	49,2%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	1,10%	-31,21%	-25,02%	-2.943,2%	19,8%

Autonomia Financeira (CP/AT) – no último triénio foi possível assistir a um aumento sustentado do indicador de autonomia financeira de 46% para 63%, o que significa uma variação positiva de 37% de incremento de independência financeira, face ao ano de 2020.

O rácio apresentado, transmite um grau de autonomia financeira robusto, e que deriva essencialmente de capitais próprios estáveis que financiaram em 2023 um ativo total menor do que em anos transatos, permitindo que a sociedade esteja menos dependente da banca para financiar a sua atividade.

Solvabilidade (CP/ (Passivo Total-Proveitos Diferidos)) – No indicador da Solvabilidade registou-se um acréscimo, face ao ano anterior, verificando-se um aumento da capacidade da sociedade em solver os seus compromissos em 49%. Esta variação resulta, no essencial, numa redução de 816.353 euros do passivo, o que contribui para um aumento da capacidade de solvência das dívidas da sociedade, devendo-se destacar a redução nos financiamentos obtidos e nas outras contas a pagar, que contribuíram decisivamente para que o indicador assumira em 2023, um valor de 1,79 indicando uma boa capacidade para

[Handwritten signature]
3/3/23

cumprir os compromissos a médio e longo prazo, dando total garantia de continuidade e sustentabilidade da sociedade para o futuro.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (RL/CP) - A rentabilidade dos capitais próprios, continua a ser negativa em 2023, tendo em conta os resultados líquidos negativos alcançados pela sociedade e a manutenção do valor dos capitais próprios.

Handwritten signature and initials:
 K...
 B
 MS

INDICADORES LEGAIS

A Sociedade apresenta Resultados Antes de Impostos negativos, no entanto ao analisarmos os últimos 10 anos verifica-se que somente em 2020 (COVID), 2022 e 2023, a sociedade não conseguiu gerar Resultados Antes de Impostos positivos.

Com efeito, este desempenho à luz da Lei 50/2012, permitiu que a sociedade em apenas 3 dos últimos 10 anos penalizasse os seus acionistas, ao mesmo tempo que foi possível manter os postos de trabalho, procurar novos projetos capazes de repor os investimentos tecnológicos de que esta sociedade depende para se manter neste mercado.

LEGAIS	Lei 50/2012									
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Regra do Equilíbrio de Contas	57.270	60.270	22.114	27.363	139.256	95.152	-1.465.221	58.328	-1.023.090	-806.319

Unidade: Euro

Do exercício económico de 2023, **resultará a necessidade de reequilíbrio financeiro** já que a sociedade, não cumpriu o nº 1 do artigo 40º da Lei 50/2012, tendo por base os **Resultados Antes de Impostos no valor de - 806.319 euros.**

Em seguida, apresentamos a relação dos atuais acionistas, com referência a 31.12.2023, bem como a situação de transferências em dívida em conformidade com a Lei 53-F/2006 de 29 de dezembro e com a atual Lei 50/2012 de 31 de agosto.

Refira-se ainda a aquisição residual de ações próprias, todas a um cêntimo por ação, representando o total de 6,68%, que se distribuem da seguinte forma:

- Município de Abrantes (maio de 2013);
- Município de Vila de Rei (julho de 2014);
- Município de Ferreira do Zêzere (novembro de 2014);
- Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (dezembro de 2014);
- Município de Oliveira de Frades (janeiro de 2015);
- Município de Alvaiázere (dezembro de 2015);
- Município de Silves (março de 2016);
- Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (abril de 2016);
- Município de Tavira (junho de 2016);
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (dezembro de 2016);
- Município de Sever do Vouga (janeiro de 2017);
- Município de Carregal do Sal (setembro de 2022);
- Município de Mangualde (dezembro de 2023);
- Município de Vila do Conde (dezembro de 2023);
- Associação para o Desenvolvimento Baixo Guadiana (ODIANA) (dezembro de 2023).

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020 e 2022	2023
Mun. de Oeiras	367.840	1.835.521,60	56,71%	60,79%	0,00	0,00	0,00	0,00	490.130,31
Mun. de Vila Nova de Gaia	31.002	154.699,98	4,78%	5,12%	0,00	0,00	0,00	0,00	41.308,77
Mun. de Maia	30.100	150.199,00	4,64%	4,97%	0,00	0,00	0,00	0,00	40.106,90
Mun. da Figueira da Foz	15.000	74.850,00	2,31%	2,48%	33.315,76	28.602,22	-595,76	60.291,39	19.986,83
Mun. de Mafra	15.000	74.850,00	2,31%	2,48%	0,00	0,00	0,00	0,00	19.986,83
Mun. de Sesimbra	15.000	74.850,00	2,31%	2,48%	0,00	0,00	0,00	0,00	19.986,83
Mun. de Viseu	14.000	69.860,00	2,16%	2,31%	0,00	0,00	0,00	56.271,96	18.654,37
Com. Intermun. da Lezíria do Tejo	10.995	54.865,05	1,70%	1,82%	0,00	0,00	0,00	0,00	14.650,34
Mun. de Portimão	5.010	24.999,90	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.675,60
Assoc. Mun. Reg. Autónoma Açores	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Ansião	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	20.097,13	6.662,28
Mun. de Bragança	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Castelo Branco	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. da Covilhã	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Ílhavo	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Lagoa	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. de Leiria	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. de Loulé	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. de Monchique	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	11.105,25	9.534,07	-198,59	20.097,13	6.662,28
Mun. de Paços de Ferreira	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. da Sertã	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	20.097,13	6.662,28
Mun. de Vale de Cambra	5.000	24.950,00	0,77%	0,83%	0,00	0,00	0,00	0,00	6.662,28
Mun. de Boticas	1.998	9.970,02	0,31%	0,33%	0,00	0,00	0,00	8.030,81	2.662,25
Assoc. de Mun. do Vale do Douro Norte	1.202	5.997,98	0,19%	0,20%	2.669,70	2.291,99	-47,74	4.831,35	1.601,61
Mun. de Albergaria-a-Velha	1.004	5.009,96	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.337,78
Mun. de Ponte da Barca	1.004	5.009,96	0,15%	0,17%	2.229,94	1.914,44	-39,88	4.035,50	1.337,78
Assoc. de Mun. do Douro Superior	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	1.000,40	0,00	-39,80	4.027,46	1.335,12
Assoc. de Mun. PEFICA	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	0,00	1.910,63	-39,80	4.027,46	1.335,12
Mun. do Fundão	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.335,12
Mun. de Sintra	1.002	4.999,98	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	1.663,81	1.335,12

ACIONISTAS	Número de ações	Valor da particip. €	% da part. inicial	% da part. atual	Consolidação Financeira				
					2008 a 2010	2013	2015	2020 e 2022	2023
Com. Intermun. Alentejo Central	1.000	4.990,00	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.332,46
Mun. de São João da Madeira	1.000	4.990,00	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	1.660,49	1.332,46
Mun. de Aguiar Beira	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	1.658,83	1.331,12
Mun. de Arganil	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Barcelos	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Cabeceiras de Basto	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Góis	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Gouveia	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. da Guarda	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Idanha-a-Nova	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Lamego	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Mourão	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Olhão	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Oliveira do Hospital	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	4.015,41	1.331,12
Mun. de Paredes	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Penacova	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Penamacor	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Ponta Delgada	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Portalegre	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Santa Marta Penaguião	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Santiago do Cacém	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de São Pedro do Sul	999	4.985,01	0,15%	0,17%	2.218,84	1.904,91	-39,68	4.015,41	1.331,12
Mun. de Sernancelhe	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Sines	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Trofa	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Vieira do Minho	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Mun. de Vila Nova de Poiares	999	4.985,01	0,15%	0,17%	0,00	0,00	0,00	0,00	1.331,12
Ações Próprias	43.495	217.040,05	6,68%	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	648.633	3.236.678,67	100%	100%	103.617,41	90.009,27	-1.914,65	307.256,03	806.319,25



2.7. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, propõe que o resultado apurado no exercício de 2022, no valor de - 820.474,59 euros, seja transferido para a conta de "Resultados Transitados".

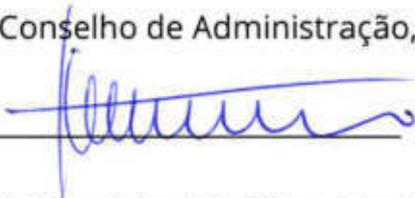
NOTAS FINAIS

Uma nota de apreço aos membros dos restantes órgãos sociais, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, e o senhor Dr. Santos Silva, como Fiscal Único, pela disponibilidade e colaboração prestadas.

Finalmente, o registo do reconhecimento aos acionistas pela sua disponibilidade e contributo, bem como o agradecimento a todos os colaboradores pelo empenho evidenciado no progresso da Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..

Oeiras, 12 de fevereiro de 2024

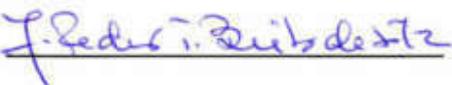
O Conselho de Administração,



Luís Miguel dos Reis Silva - *Presidente*



Maria Madalena Pereira da Silva Castro - *Administrador*



João Pedro Brito da Silva - *Administrador*



Município[®]

Handwritten signature and date:
Klein
12/12
2010



Contas do Exercício



3 | Contas do exercício

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Naturezas
- Demonstração de Resultados por Funções
- Demonstração das Alterações no Capital Próprio
- Demonstração de Fluxos de Caixa

Entidade:
MUNICÍPIA, S.A.
BALANÇO

Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7/10	1.300.610,09	1.428.236,09
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6/10	422.237,93	552.583,99
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Participações financeiras - outros métodos)		0,00	0,00
Outros Investimentos Financeiros (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		17.383,40	13.585,82
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
		1.740.231,42	1.994.405,90
Ativo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Clientes		1.008.202,14	1.383.536,86
Estado e outros entes públicos		0,00	4.395,72
Capital subscrito e não realizado (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outros créditos a receber (Adiantamentos a fornecedores)		29.700,87	3.168,43
Outros créditos a receber (Outras contas a receber)	16	2.231.437,34	2.605.027,75
Diferimentos		140.123,99	71.383,65
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	4	30.121,90	158.498,38
		3.439.586,24	4.226.010,79
Total do ativo		5.179.817,66	6.220.416,69

Frederico Zuber

Paulo Jorge

Roberto Costa

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

BALANÇO

Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital próprio:			
Capital Subscrito (Capital)		3.236.678,67	3.236.678,67
Ações (quotas) próprias		-424,97	-314,98
Outros instrumentos de capital próprio		3.294.630,92	2.488.311,67
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		54.234,70	54.234,70
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-2.690.347,10	-1.643.583,84
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		205.000,00	265.000,00
Resultado líquido do período		-820.474,59	-1.046.763,26
		0,00	0,00
Total do capital próprio		3.279.297,63	3.353.562,96
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	14	180.000,00	180.000,00
Financiamentos obtidos	9	74.406,65	303.301,90
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	15	96.763,92	96.763,92
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)		0,00	0,00
		351.170,57	580.065,82
Passivo corrente:			
Fornecedores		738.033,64	735.877,00
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		81.125,90	156.589,83
Financiamentos obtidos	8/9	294.309,34	562.646,18
Outras dívidas a pagar (Acionistas/sócios)		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar (Outras contas a pagar)	16	372.221,33	618.035,02
Diferimentos		63.659,25	213.639,88
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		1.549.349,46	2.286.787,91
Total do passivo		1.900.520,03	2.866.853,73
Total do capital próprio e do passivo		5.179.817,66	6.220.416,69



F. Pedro Zúñiga de M.
 Pedro Zúñiga de M.
 Pedro Zúñiga de M.

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	* 12	2.500.433,97	2.181.270,92
Subsídios à exploração	*	0,00	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	*/-	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	*/-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	*	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	-	-1.284.671,49	-1.456.570,21
Gastos com o pessoal	- 5.2	-1.652.814,87	-1.540.123,61
Imparidade de inventários (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+ 11	0,00	-32.650,12
Provisões (aumentos/reduções)	-/+	0,00	-25.712,74
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	+/-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	*	110.917,74	361.820,03
Outros gastos e perdas	-	-153.190,93	-211.573,37
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	*	-479.325,58	-723.539,10
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+ 6/7/10	-261.095,95	-237.527,47
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-/+	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	*	-740.421,53	-961.066,57
Juros e rendimentos similares obtidos	*	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	- 9	-65.897,72	-62.023,81
Resultado antes de impostos	*	-806.319,25	-1.023.090,38
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 15	-14.155,34	-23.672,88
Resultado líquido do período	*	-820.474,59	-1.046.763,26
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
	*	0,00	0,00
Resultado por ação básico		-1,26	-1,61

Frederico B. Silva

Roberto J. T. N.

Roberto Costa

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
Vendas e serviços prestados	12	2.500.433,97	2.181.270,92
Custo das vendas e dos serviços prestados	-	-2.868.286,44	-2.916.825,35
Resultado bruto	+	-367.852,47	-735.554,43
Outros rendimentos	+	110.917,74	361.820,03
Gastos de distribuição	-	-23.715,09	-32.017,92
Gastos administrativos	-	-306.580,78	-285.378,02
Gastos de investigação e desenvolvimento	-	0,00	0,00
Outros gastos	-	-153.190,93	-269.936,23
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	+	-740.421,53	-961.066,57
Gastos de financiamento (líquidos)	-	-65.897,72	-62.023,81
Resultados antes de impostos	+	-806.319,25	-1.023.090,38
Imposto sobre o rendimento do período	-/+ 15	-14.155,34	-23.672,88
Resultado líquido do período	+	-820.474,59	-1.046.763,26
Resultado das atividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00
		0,00	0,00

Pedro Zito de M

Pedro José S. M.

Paulo Costa

Entidade:

MUNICÍPIA, S.A.

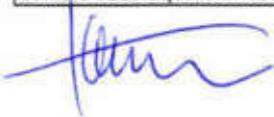
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 31/12/2023

Contas Individuais

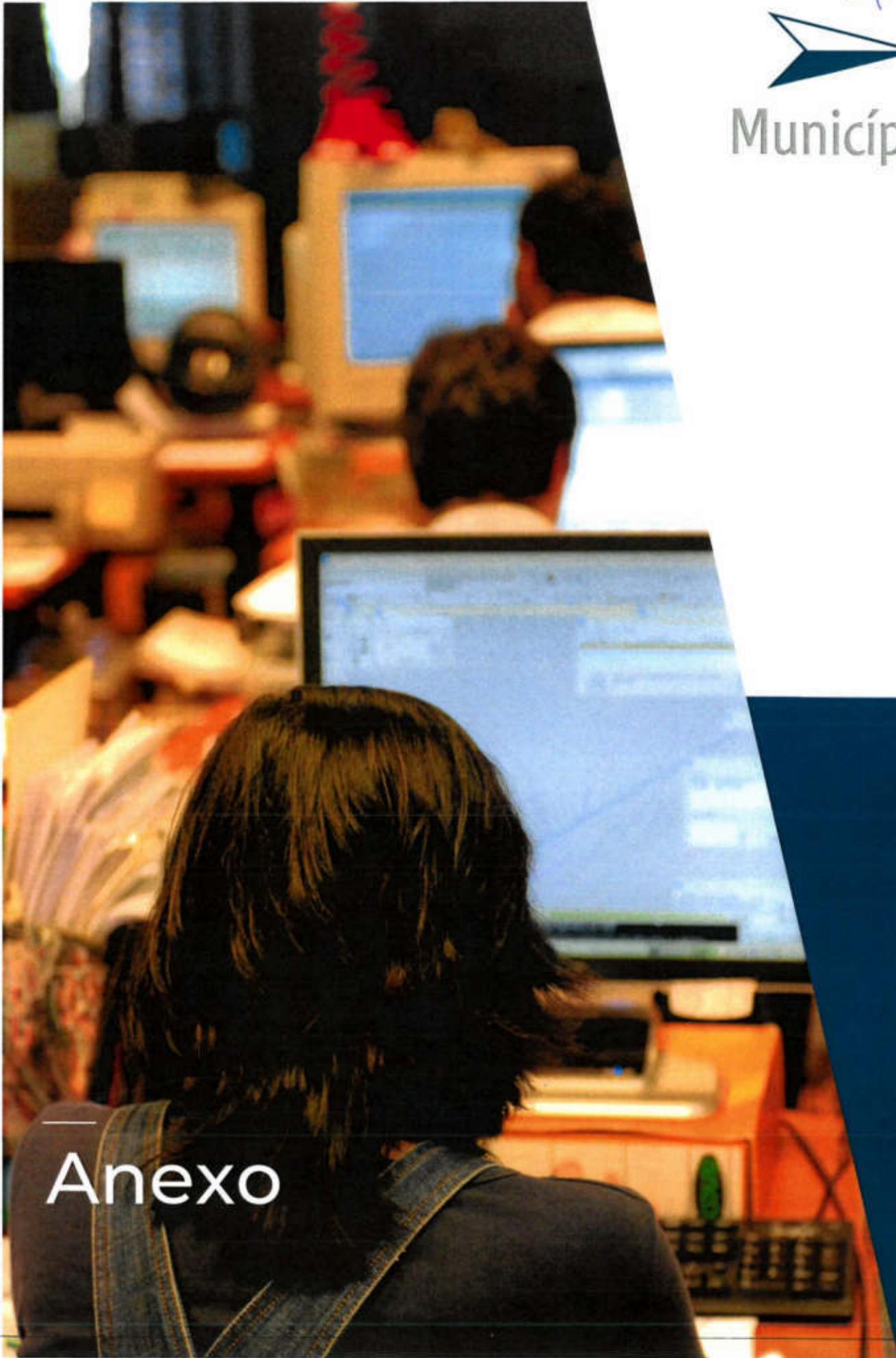
Montantes expressos em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes	+	3.591.611,44	4.536.434,47
Pagamentos a fornecedores	-	-1.743.213,26	-1.640.956,61
Pagamentos ao pessoal	-	-1.207.933,72	-1.020.631,86
Caixa gerada pelas operações	+-	640.464,46	1.874.846,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-14.099,16	-17.910,25
Outros recebimentos/pagamentos	+-	-1.152.351,21	-1.475.136,75
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	+-	-525.985,91	381.799,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Ativos fixos tangíveis	-	-3.123,89	-57.576,58
Ativos intangíveis	-	0,00	0,00
Investimentos financeiros	-	0,00	0,00
Outros ativos	-	0,00	0,00
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Ativos fixos tangíveis	+	1.707,31	10.357,55
Ativos intangíveis	+	0,00	0,00
Investimentos financeiros	+	0,00	0,00
Outros ativos	+	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	+	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares	+	0,00	0,00
Dividendos	+	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	+-	-1.416,58	-47.219,03
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
<u>Recebimentos provenientes de:</u>			
Financiamentos obtidos	+	1.002.784,01	190.051,92
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	+	946.433,96	47.974,63
Cobertura de prejuízos	+	0,00	0,00
Doações	+	0,00	0,00
Outras operações de Financiamento	+	0,00	0,00
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Financiamentos obtidos	-	-1.500.016,10	-494.461,72
Juros e gastos similares	-	-50.175,86	-41.904,02
Dividendos	-	0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	+-	399.026,01	-298.339,19
		0,00	0,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	+-	-128.376,48	36.240,78
Efeito das diferenças de câmbio	+-	0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	- 4	158.498,38	122.257,60
Caixa e seus equivalentes no fim do período	- 4	30.121,90	158.498,38



F. Pedro P. Reis de M.

Paula Lara Costa



Htt
B
Município[®] *X*
Y

Anexo

4 | Anexo às Demonstrações Financeiras para o período em 31 de dezembro 2023

1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A. é uma Empresa Municipal, Sociedade Anónima, enquadrada no setor empresarial local, com sede no Taguspark, na Avenida Professor Cavaco Silva, Edifício Ciência II, nº 11 - 3º B - 2740-120 Porto Salvo, regulada pela Lei 50/2012 de 31 de agosto.

A sociedade tem por objeto a produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de Internet e Intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação, Trabalho aéreo, Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional), Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultadoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética, Soluções ambientais, Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção, organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista.

2 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com a legislação em vigor, entre elas, o Sistema de Normalização Contabilística (aprovado pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de julho), a Estrutura Concetual do IASB constante do anexo 5 do regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, publicado pela Comissão Europeia em novembro de 2003, com base nos Modelos de Demonstrações Financeiras, nas Normas Interpretativas, nas NCRF quando aplicável ou omissas. As Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas na base da continuidade das operações, em conformidade com princípios de prudência, especialização do período, consistência e substância sobre a forma.



3 – Principais políticas contabilísticas

3.1. -As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as bases de apresentação, com relevância para as seguintes:

- a) De acordo com os pressupostos da continuidade das operações e do regime do acréscimo (periodização económica das transações);
- b) De acordo com as características qualitativas das informações financeiras, designadamente quanto aos princípios da prudência, substância sob a forma, da materialidade e comparabilidade.

3.2. - Sobre os métodos e critérios de mensuração relevam-se os seguintes:

- a) Os ativos tangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, que inclui o preço de compra acrescido das despesas diretas suportadas e necessárias até à sua entrada em funcionamento, deduzido das depreciações acumuladas e de eventuais imparidades existentes;
- b) Os ativos intangíveis adquiridos estão valorizados ao custo de aquisição em termos semelhantes aos ativos tangíveis;
- c) No cálculo da depreciação dos ativos tangíveis e intangíveis, é considerado um período de vida útil fixo definido de acordo com os critérios fiscais, sendo que o mesmo se adequa à depreciação real dos bens;
- d) No custeio dos serviços prestados é utilizado o custo de produção, que compreende os gastos de aquisição de materiais e serviços utilizados, acrescidos dos gastos de transformação calculados com gastos/hora teóricos;
- e) Na valorimetria, para efeitos do reconhecimento dos ganhos e gastos das obras em curso, utilizou-se o critério do grau de acabamento, tendo resultado da sua aplicação o reconhecimento no balanço dos seguintes ativos e passivos:

Na conta 281- Gastos diferidos, o valor de 140.123,99 euros, essencialmente relativo a projetos a realizar e seguros a considerar em anos seguintes.

Na conta 282 - Ganhos diferidos, o valor de 63.659,25 euros, essencialmente relativo a projetos faturados e ainda não realizados.

Na conta 2721 - Devedores por acréscimos, constante do balanço em outras contas a receber, o valor de 338.400,68 euros, essencialmente relativos a ganhos com projetos realizados e não faturados.

Na conta 2722 - Credores por acréscimos de gastos, incluído no balanço na rubrica Outras contas a pagar, o valor de 340.660,03 euros, essencialmente relativos a projetos, remunerações e taxas de saneamento a liquidar;

- f) Os valores em moeda estrangeira são contabilizados ao câmbio da data de aquisição e, quando aplicável, revalorizados e especializados ao câmbio corrente da data do balanço;

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 60 and a large 'X' mark.

- g) Os ativos relativos à cobertura pelos acionistas dos prejuízos reconhecidos no período de 2008 a 2010, estão calculados de acordo com as regras do equilíbrio financeiro constantes do art.º 31º da lei 53-F/2006, enquanto que a cobertura de acionistas em 2013, 2020, 2022 e 2023, foi determinada em conformidade com número 2 do artigo 40º da Lei nº 50/2012 de 31 de agosto. No presente exercício e em conformidade com a legislação, constante na Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, os resultados anuais previstos no seu número 1 do artigo 40º não estão equilibrados, em virtude do Resultado Antes de Impostos se apresentar negativo;
- h) As imparidades de dívidas a receber, reportam-se a perdas estimadas na cobrança de clientes e estão fundamentadas com base na mora dos créditos e no conhecimento na situação financeira dos mesmos;
- i) O valor das imparidades em dívidas a receber, foi calculado essencialmente segundo os critérios fiscais, os quais, sempre que justificável, são complementados pela aplicação de critérios da avaliação dos riscos de cobrança na ótica de gestão, não existindo indícios que sejam necessários mais ajustamentos para além dos divulgados.

4 – Fluxos de caixa - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Rubrica	Montante em euros
Caixa	723,28
Depósitos Bancários imediatamente mobilizáveis	29.398,62
Aplicações de Tesouraria	0,00
Total	30.121,90

Unidade: Euros

5 – Partes relacionadas:

5.1 – Relacionamento com empresas-mãe

A Município é detida diretamente em 60,79%, pela Câmara Municipal de Oeiras.

5.2 – Remunerações do pessoal chave da gestão

As senhas de presença, as despesas de representação, as remunerações da Administração e a remuneração do Diretor Geral, totalizam 120.434,17 euros.

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Relativamente ao Fiscal Único o montante auferido foi de 8.400 euros.

5.3. - Transações entre partes relacionadas

Parte Relacionada	Natureza do Relacionamento	Valor das Transações	Saldos Pendentes a 31.12.2023	Nota
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	46.304,50	34.056,86	Serviços prestados à CMO
Câmara Municipal de Oeiras	Empresa-mãe	490.130,31	490.130,31	Nº 2 do artigo 40 da Lei 50/2012

Unidade: Euros

6 - Ativos Intangíveis

Na rubrica de **Ativos Intangíveis** não houve qualquer investimento em 2023.

Ativos intangíveis	Valores Bruto							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proj. desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de comp.	1.358.648,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.358.648,50
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	1.358.648,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.358.648,50
Ativos intang. Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/ conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Amortizações				
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Abates	Saldo Final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	806.064,51	130.346,06	0,00	0,00	936.410,57
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	806.064,61	130.346,06	0,00	0,00	936.410,57
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: euros

Ativos intangíveis	Imparidades					Valor Líquido
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Saldo Final	
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.237,93
Propriedade industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	422.237,93
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
						422.237,93

Unidade: euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

7 – Ativos Fixos Tangíveis

No Ativo Fixo Tangível registou-se um investimento de 3.123,89 euros, no ano de 2023, referente a equipamento básico e administrativo.

Foram vendidas 2 viaturas obsoletas e abatidos 2 monitores por se encontrarem obsoletos.

Ativos Fixos Tangíveis	Valores Brutos							
	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Reval. J.Valor	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	389.467,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	1.198.292,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198.292,09
Equipamento básico	2.289.448,30	1.443,89	-331,05	0,00	0,00	0,00	0,00	2.290.561,14
Equipamento de transporte	305.078,64	0,00	-8.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	296.828,64
Equipamento administrativo	116.584,89	1.680,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	118.264,89
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	4.301.587,04	3.123,89	-8.581,05	0,00	0,00	0,00	0,00	4.296.129,88
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant.p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Ativos Fixos Tangíveis	Amortizações						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p/ detid.p venda	Abates	Transf.	Saldo Final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	543.986,83	23.368,04	0,00	0,00	0,00	0,00	567.354,87
Equipamento básico	1.941.943,46	91.840,69	-331,05	0,00	0,00	0,00	2.033.453,10
Equipamento de transporte	268.768,03	15.250,16	-8.250,00	0,00	0,00	0,00	275.768,19
Equipamento administrativo	115.936,90	291,00	0,00	0,00	0,00	0,00	116.227,90
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	2.715,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.715,73
Ativos fixos tangíveis	2.873.350,95	130.749,89	-8.581,05	0,00	0,00	0,00	2.995.519,79
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unidade: Euros

Handwritten signature and initials

Ativos Fixos Tangíveis	Imparidades						
	Saldo Inicial	Amortizações	Alienações	Tr.p./ detid.p/ venda	At. Revaloriz.	Saldo Final	Valor Líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	389.467,39
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	630.937,22
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	257.108,04
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.060,45
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.036,99
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.300.610,09
Ativos fixos tang. em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiant. p/conta Ativo tang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							1.300.610,09

Unidade: Euros

Bases de mensuração, Métodos de depreciação usados, Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas: Ver ponto 3.

8 – Locações Financeiras

Locação financeira

BEM	LOCADOR	INÍCIO PRAZO	FIM PRAZO	VALOR CONTRATADO	VALOR ACUMULADO LIQUIDADO	VALOR EM DÍVIDA
Viatura	Novo Banco	2020	2024	25.850,66	23.221,28	2.629,38

Unidade: euros

**Valor de ativo registado**

BEM	VALOR DE AQUISIÇÃO	DEPRECIAÇÕES	VALOR ACUMULADO LÍQUIDO
Viatura	25.850,66	24.234,99	1.615,67

Unidade: euros

9 – Gasto de Empréstimos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2023, estavam 255.000 euros utilizados em contas correntes caucionadas e estavam em dívida 111.086,61 euros relativos a empréstimo bancário. Assim, da utilização das contas correntes caucionadas ao longo do ano e da assunção de compromissos de financiamento, foram gerados os seguintes encargos financeiros, para cada tipologia de financiamento:

Descrição	Montante
Juros da locação da viatura	220,22
Juros de outros financiamentos	49.955,64

Unidade: Euros

10 – Gastos / reversões de depreciação e de amortização

O montante de 261.095,95 euros, diz respeito ao valor das amortizações geradas.

Handwritten signature and initials:
31
2023

11 – Imparidade de Ativos e Reversões / Justo Valor

Descrição	Imparidades			Saldo Final
	Saldo inicial	Perdas Imparidade	Reversões de perdas por imparidade	
Clientes	396.588,63	0,00	0,00	396.588,63
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		0,00	0,00	0,00

Unidade:euros

Em 2023, não houve perdas por imparidade.

12 – Rédito

No ano de 2023, o valor da prestação de serviços aos nossos clientes foi de 2.500.434 euros.

Neste valor estão incluídos 281.352 euros de serviços realizados e ainda não faturados e estão subtraídos 62.112 euros de serviços faturados e ainda não reconhecidos.

As prestações de serviços dos projetos em curso a 31 de dezembro de 2023, são reconhecidas no rédito com base no critério da percentagem de acabamento.

13 – Subsídios do Governo e apoios do Governo

A Município em 2023, não beneficiou da transferência de quaisquer subsídios.

14 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Tendo em conta que o projeto dos Rduats se encontra em fase de conclusão, não foi constituída qualquer provisão, em 2023, já que havia sido constituída uma provisão de 180.000 euros, no ano transato, face às contingências do projeto em Moçambique.

Em 2023, tendo em consideração a execução física do projeto e os recebimentos, que apesar de irregulares vão liquidando a dívida, por parte do cliente FNDS (Fundo de Desenvolvimento Sustentável), a administração entendeu manter esta provisão, sem a reduzir ou reforçar, mantendo uma posição cautelosa e conservadora.

Handwritten signature and initials:
 [Signature]
 B= [Initials]
 [Initials]

Provisões	Saldo Inicial	Provisões	Reversões	Saldo Final
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00
Total de provisões	180.000,00	0,00	0,00	180.000,00

Unidade: euros

15 – Impostos sobre o rendimento

Prejuízos Fiscais por utilizar:

Anos	Montante	Matéria Coletável utilizada			Matéria Coletável perdida 2022	Saldo por utilizar	Perde-se em: Ano
		2019	2021	2022			
2014	44.355,02	44.355,02	0,00	0,00	0,00	0,00	2028
2015	97.982,50	77.666,18	20.316,32	0,00	0,00	0,00	2029
2020	1.287.515,36	0,00	40.213,28	0,00	0,00	1.247.302,08	2032
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2033
2022	899.139,20	0,00	0,00	0,00	0,00	899.139,20	2033
2023	800.555,43	0,00	0,00	0,00	0,00	800.555,43	2034
TOTAL	3.129.547,51	122.021,19	60.529,60	0,00	0,00	2.946.996,71	-

Unidade: euros

Handwritten signature and initials: "H. B. S. 2023"

Impostos diferidos passivos

Estimativa de retenções de impostos futuros que potencialmente e/ou previsivelmente poderão não ser abatíveis à coleta:

ANOS	MONTANTE
2019	137.805,10
2022	-41.041,18
Subtotal do imposto diferido	96.763,92

Subtotal do imposto diferido passivo: 96.763,92 euros.

PEC - Pagamento Especial por Conta a utilizar em exercícios futuros: 0 euros

PEC perdidos no final de 2023: 0 euros

Prejuízos fiscais perdidos no final de 2023: 0 euros

Prejuízos fiscais utilizados em 2023: 0 euros

Existiam 0 euros de prejuízos fiscais, utilizáveis em resultados tributáveis, considerados para base de cálculo de impostos diferidos ativos.

No entanto existem prejuízos fiscais de 1.247.302,08 euros, que podem ser utilizados até 2032, prejuízos fiscais de 899.139,20 euros, que podem ser utilizados até 2033 e prejuízos fiscais de 800.555,43 euros que podem ser utilizados até 2034. Totalizando assim 2.946.996,71 euros.

O imposto do exercício em resumo reparte-se da seguinte forma:

IR Estimado	MONTANTE
Coleta	0,00
Tributações Autónomas	14.155,34
Derrama	0,00
Outros	0,00
Impostos Diferidos	0,00
TOTAL	14.155,34

Unidade: euros

Impostos diferidos do exercício: 0,00 euros

Impostos diferidos de exercícios anteriores: 96.763,92 euros

Utilização no período: 0 euros

Encontra-se estimado nas contas um valor de impostos diferidos de 96.763,92 euros. Relativamente a exercícios anteriores, existe um valor de imposto referente à retenção/comissão a efetuar pelas transferências no montante de 137.805,10 euros relativo ao valor em aberto, após compensação estimada, retenção esta sobre uma base calculada em 2019 em virtude de ter sido fiavelmente mensurável à data de encerramento das contas de exercícios transatos. Destes, em 2022, foram recebidos valores faturados, tendo sido efetuadas retenções. Neste sentido procedeu-se à utilização da parte estimada de 41.041,18 euros, que não vai ser utilizada no futuro. E não existindo variação materialmente relevante de que o valor venha a ser diferente do saldo estimado no fecho destas contas.

O valor do imposto diferido passivo, que corresponde à retenção/comissão estimada futura, pode potencialmente vir a ser dedutível à coleta, reduzindo assim impostos futuros a pagar e, como tal, melhorando resultados líquidos futuros e/ou capitais próprios. No entanto devido ao grau de incerteza, aos prejuízos fiscais acumulados de exercícios anteriores, bem como o prejuízo fiscal de 2022 e 2023, e impostos diferidos, dedutíveis também em impostos futuros, achou a empresa por prudência e precaução não reconhecer tal ativo seguindo as normas e tendo em conta o elevado risco e baixa fiabilidade de mensuração. Em suma os cálculos e registos da estimativa de impostos seguiram uma estratégia conservadora.

16 - Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

As cotações a 31.12.2023:

Um metical (MZN) = 0,01405 euros.

O número de funcionários ao serviço da empresa, em 31 de dezembro de 2023, foi de 42 pessoas.

Em 31.12.2023, não existiam dívidas em situação de mora ao Estado e outros Entes Públicos.

Arrendou-se a terceiros, aproximadamente 15% do espaço da Município, pelo valor mensal de 1.516,49 euros mais IVA, até junho de 2023 e a partir de julho de 2023, inclusive, pelo

[Handwritten signature and initials]

valor mensal de 1.546,82 euros, não tendo sido registado em propriedades de investimento, face ao valor residual do espaço.

O valor por ação, em 2023, é de 5,06 euros.

A 31.12.2023, de acordo com a Lei 53-F/2006 e com a Lei 50/2012, encontrava-se por liquidar por parte dos acionistas:

LEGAIS	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Regra do Equilíbrio de Contas	13,780	42,709	47,129	0	0	90,009	0	-1,915	0	0	0	0	177,399	0	129,857	806,319
Total	1.305.287															

Unidade: Euros

Nas páginas 37 e 38 deste relatório encontram-se detalhadas as dívidas referentes à regra do equilíbrio financeiro dos acionistas.

Em seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a receber (Outras contas a receber) do Balanço, nos anos de 2022 e 2023:

Descrição	2022	2023
Pessoal-Adiantamento Pag. Pessoal	0,00	0,00
Acionistas-Emp. Grupo-Outras	1.445.511,98	1.305.287,28
Projetos Realizados a Faturar	299.848,84	281.351,56
Devedores acrésc. Rendimentos - outros	83.212,29	57.049,12
ANEC	1.469,85	1.469,85
Outros devedores e credores (conta do consórcio)	774.984,79	351.410,53
Projetos futuros	0,00	234.869,00
Tarefeiros	0,00	0,00
Perdas Imparidades acumuladas	0,00	0,00
Total	2.605.027,75	2.231.437,34

Unidade: euros

No decorrer do projeto RDUATS, a conta do consórcio tem vindo a ser regularizada através das faturas emitidas por parte das consorciadas, estando neste momento por regularizar

351.411 euros. Com o aproximar do fim do projeto, esta conta vai sendo regularizada até ficar saldada.

Os valores pagos para a conta bancária do consórcio têm vindo a ser liquidados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimentos Sustentável (FNDS), em tranches e com periodicidades irregulares, mas onde se denota empenho e vontade por parte do cliente na liquidação dos valores em aberto, estando em contacto permanente com o consórcio, pelo que não se perspetiva qualquer incumprimento por parte da entidade do estado FNDS.

Contudo, entende a administração realizar um acompanhamento constante de monitorização e de reuniões presenciais, de modo a acautelar que os pagamentos se mantêm, pelo menos na mesma cadência que se registaram até à presente data.

A 31 de dezembro de 2023, faltava liquidar por parte do FNDS o montante aproximado de 505.298 euros, para a conta bancária do consórcio, estando assim por liquidar menos de 13% para a liquidação integral do contrato.

É importante referir que o projeto dos Rduats, com conclusão prevista para 2020, já ultrapassou mais de 4 anos para além do previsto e mantém o resultado positivo. O orçamento previsto inclui margem e riscos que absorvem os custos que vão continuando a incorrer no âmbito do consórcio/projeto em fase de conclusão, que estimamos que ocorra até final do presente ano.

A administração mantém a expectativa de projetos futuros naquele território, nas áreas de atuação da Município, atendendo às necessidades locais e à capacidade técnica que a empresa pode levar para aquele território. Neste âmbito, a manutenção de uma equipa reduzida para gestão e fecho do projeto Rduats, ainda em curso, tem sido rentabilizada promovendo diversas ações comerciais que se prendem com a oferta de serviços para a transformação digital das cidades, bem como serviços de cadastro e de produção de informação geográfica de base a diferentes entidades públicas.

As ações comerciais garantem a presença da marca Município naquele território, sem que isso obrigue a deslocações constantes da administração àquele território, o que incorreria em custos superiores aos que se esperam ter com a permanência do escritório em Moçambique e com o interlocutor local que garante maior receptividade junto das diferentes entidades públicas.

A expectativa de concretização de novos projetos com base nos desenvolvimentos comerciais ocorridos é alta e consubstancia-se nos diversos projetos em fase final de avaliação e decisão que, acreditamos ocorra durante o primeiro semestre de 2024. O timing da decisão sobre estes projetos está alinhado com o momento político pós-eleitoral que retomou a sua normalidade recentemente.

De seguida detalham-se as rubricas Outros Créditos a pagar (Outras contas a pagar) do Balanço, nos anos de 2022 e 2023:

Descrição	2022	2023
Pessoal-Remunerações a Pagar	0,00	0,00
Pessoal-Adiantamento Pagamento	50.571,04	30.810,81
Remunerações a Liquidar	201.796,97	147.898,90
Taxa Saneamento IMI	1.668,76	1.685,28
Contratos de Gestão de Frotas	32.555,07	69.637,28
Outros Acréscimos de Gastos	331.178,96	121.438,57
Sindicato	142,89	143,89
Clube M	106,00	394,00
FGCT	15,33	212,59
Total	618.035,02	372.221,32

Unidade: euros

17- Informações complementares:

A Administração não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações da mesma, ou algum litígio que possa influenciar materialmente as contas apresentadas.

A Administração não tem indícios de que existam rendimentos ou gastos, ativos ou passivos, cujo Justo Valor ou valor dos benefícios económicos futuros atualizado, seja diferente do valor contabilístico presente nestas, nem que exista Imparidade de ativos para além dos relatados nas demonstrações financeiras.

Também não existem orçamentos detalhados anuais por unidade de negócio ou ativo que indiquem implicações nas contas.

A empresa não tem nenhum litígio ou conflito esperado com qualquer entidade, com impacto nas contas apresentadas.

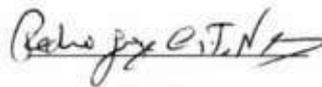
Foram transmitidos todos os compromissos e todas as responsabilidades, reais ou contingentes, que afetam a situação da empresa.

A empresa está excluída do âmbito de aplicação do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos previstos na alínea b) do artigo 4º do referido regime aprovado pela Lei 89/2017 de 21 de agosto.

A empresa não tem projetos ou ações em curso que possam afetar a continuidade das operações e da mesma.

Oeiras, 12 de fevereiro de 2024.

O Contabilista Certificado (Nº 61.236)



Pedro Nunes

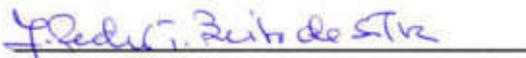
O Conselho de Administração,



Luís Miguel dos Reis Silva – *Presidente*



Maria Madalena Pereira da Silva Castro – *Administrador*



João Pedro Brito da Silva – *Administrador*

Relatório e parecer do fiscal único

Senhores Accionistas,

1- Nos termos legais e na qualidade de fiscal único de MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA, submetemos à apreciação de V. Exas. o relatório da nossa actividade bem como o nosso parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023.

2 – Acompanhamos com regularidade as actividades desenvolvidas pela empresa e efectuamos as análises e as verificações necessárias ao exercício das funções que nos estão cometidas, recorrendo-se para o efeito às informações de gestão e aos esclarecimentos prestados pela Administração e seus colaboradores, de quem obtivemos o apoio considerado necessário.

3- O relatório de gestão satisfaz os preceitos legais e regulamentares e reflecte as actividades desenvolvidas durante o exercício de 2023 e as perspectivas que se colocam no futuro.

4 – Relativamente às demonstrações financeiras que nos foram apresentadas, releva-se o seguinte :

- Estão elaboradas em conformidade com o sistema de normalização contabilística (SNC) e restante legislação e normativos aplicáveis.
- Os critérios e métodos de valorimetria são consistentes, satisfazem os adequados preceitos técnicos e legais e adequam-se às características da actividade empresa.

5 – Do exposto anteriormente e tomando em consideração a certificação legal de contas, é nosso parecer que o relatório de gestão e as contas de 2023 reflectem adequadamente as actividades desenvolvidas e a situação económica e financeira de MUNICÍPIA- EM,SA, e, nessa conformidade propomos a V. Exas., que aproveis :

- O relatório de gestão e contas de 2023.
- A proposta de aplicação de resultados integrada no relatório de gestão.

Lisboa, 12 de Março de 2024

O Fiscal Único

Diz & associados- SROC, Lda.

Representada por


Joaquim dos Santos Silva (ROC n.º 383)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditamos as demonstrações financeiras de **MUNICÍPIA , Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2023 que evidencia um total de 5 179 818 euros e um total de capital próprio de 3 279 198 euros, incluindo um resultado de exercício negativo de 820 475 euros, a demonstração de resultados por naturezas , a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data , e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materiais a posição financeira de **MUNICÍPIA, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA**, em 31 de Dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal, através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do Código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adoptadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das actividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isolada ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte duma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e também.

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detectar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das Estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão.
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos e condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas actividades. Se concluirmos que existe alguma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório, para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém,

acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas actividades.

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa do controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeira

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante relacionada com as demonstrações financeiras auditadas é no essencial concordante com as mesmas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorrecções materiais significativas.

Lisboa, 12 de Março de 2024

Diz & associados- SROC, Lda
Representada por

Joaquim dos Santos Silva,
ROC n.º 383

Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas



1. Atribuições da Entidade, Organograma e Identificação dos Responsáveis.

A **Município** nasceu em 1999, fruto da vontade de um conjunto de Municípios, em constituir uma sociedade capaz de dar resposta às suas necessidades prementes de planeamento, ordenamento do território e desenvolvimento de soluções SIG.

Hoje em dia as suas áreas de atuação são: Produção de cartografia, topografia e ortofotomapas; a conceção e gestão de sistemas de informação geográfica; a produção e comercialização de dados; o desenvolvimento e gestão de projetos de internet e intranet; a conceção, edição e comercialização de publicação nas áreas da sua atividade social; consultoria em sistemas de informação geográfica e, em geral, de sistemas de informação. Trabalho aéreo. Formação nas áreas da sua atividade social (formação profissional). Prestação de serviços energéticos, nomeadamente de consultoria, auditoria, inspeção, certificação, racionalização energética e gestão de eficiência energética. Soluções ambientais. Comercialização de sistemas e equipamentos, serviços de gestão e planeamento da sua manutenção. Organização, gestão e prestação de serviços relacionados com sistemas de compras públicas, centrais de compras públicas e compras em grupo. Em qualquer dos casos com vista à promoção do desenvolvimento local e regional em cumprimento das atribuições das autarquias titulares de função acionista, nos termos da Lei 53-F/2006 de 29 de Dezembro.

Apresenta atualmente o seguinte organograma:



[38.737182, -9.304986]

A Administração é composta pelo Presidente do Conselho de Administração e dois administradores não executivos. Existe um Diretor Geral e cinco direções, são elas: Direção de Cartografia e Cadastro, Direção de Novos Negócios, Direção de Engenharia e Infraestruturas, Direção de Inteligência Espacial e Direção Connect. Para além das direções já mencionadas existe ainda um Departamento da Qualidade.

Identificação dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

Unidade Orgânica	Risco		
	Elevado	Moderado	Diminuto
Administração		x	
Direção Geral		x	
Direção de Cartografia e Cadastro		x	
Direção de Novos Negócios		x	
Direção de Engenharia e Infraestruturas		x	
Direção de Inteligência Espacial		x	
Direção Connect		x	
Departamento da Qualidade		x	

Embora todos os processos de aquisição se processem no âmbito do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, poderão existir riscos a montante, ou seja, na fase de pré-contrato e a jusante na fase de controlo de execução (fiscalização), porém há segregação de funções e controlo cruzado entre a área financeira e da produção, pelo que se entendeu que o risco seria moderado.

Todas as faturas de despesa, são alvo de verificação por mais do que um interveniente no processo de validação, são previamente autorizadas, em função do valor, pelo Diretor da Connect, pelo Diretor Geral e pelo Conselho de Administração.

2. Medidas Preventivas aos Riscos

Os riscos identificados, apresentam uma probabilidade moderada ou mesmo diminuta de ocorrerem ações de corrupção ou infrações, tendo em conta a materialidade das aquisições efetuadas, bem como à segregação de funções implementada, e sobretudo através do Procedimento de Compras PQ.DAF.002 (incluído no Sistema da Gestão da Qualidade). *Ver em anexo.*

O controlo Interno implementado, a pequena dimensão da empresa, a reduzida relevância das suas aquisições, bem como as constantes auditorias financeiras realizadas validadas pelo Revisor Oficial de Contas, as Auditorias ao Sistema de Gestão, bem como o

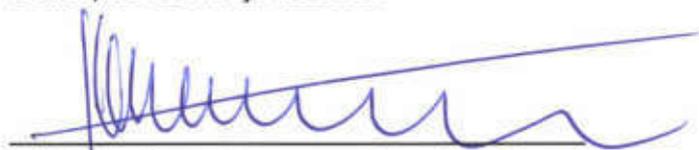
acompanhamento efetuado por parte dos Acionistas, são o garante da monitorização contínua, efetuada às infrações que possam conduzir à corrupção.

3. Estratégias de Aferição da Efetividade, Utilidade, Eficácia e Eventual Correção das Medidas Propostas

No final de cada ano, tendo por base as oportunidades de melhoria apresentadas por todos os empregados da empresa, será realizado, caso se justifique, pelo Departamento de Qualidade um Relatório das Ocorrências que possam potenciar o risco de infração ou corrupção.

Este Relatório apresentará medidas corretivas ou preventivas, a este plano em função da dinâmica da organização e será revisto sempre que se verifiquem alterações e sempre que sejam identificados novos riscos ou a necessidade da sua reavaliação.

Oeiras, 18 de março de 2024



Luís Miguel, Eng.º
Presidente do Conselho de Administração,

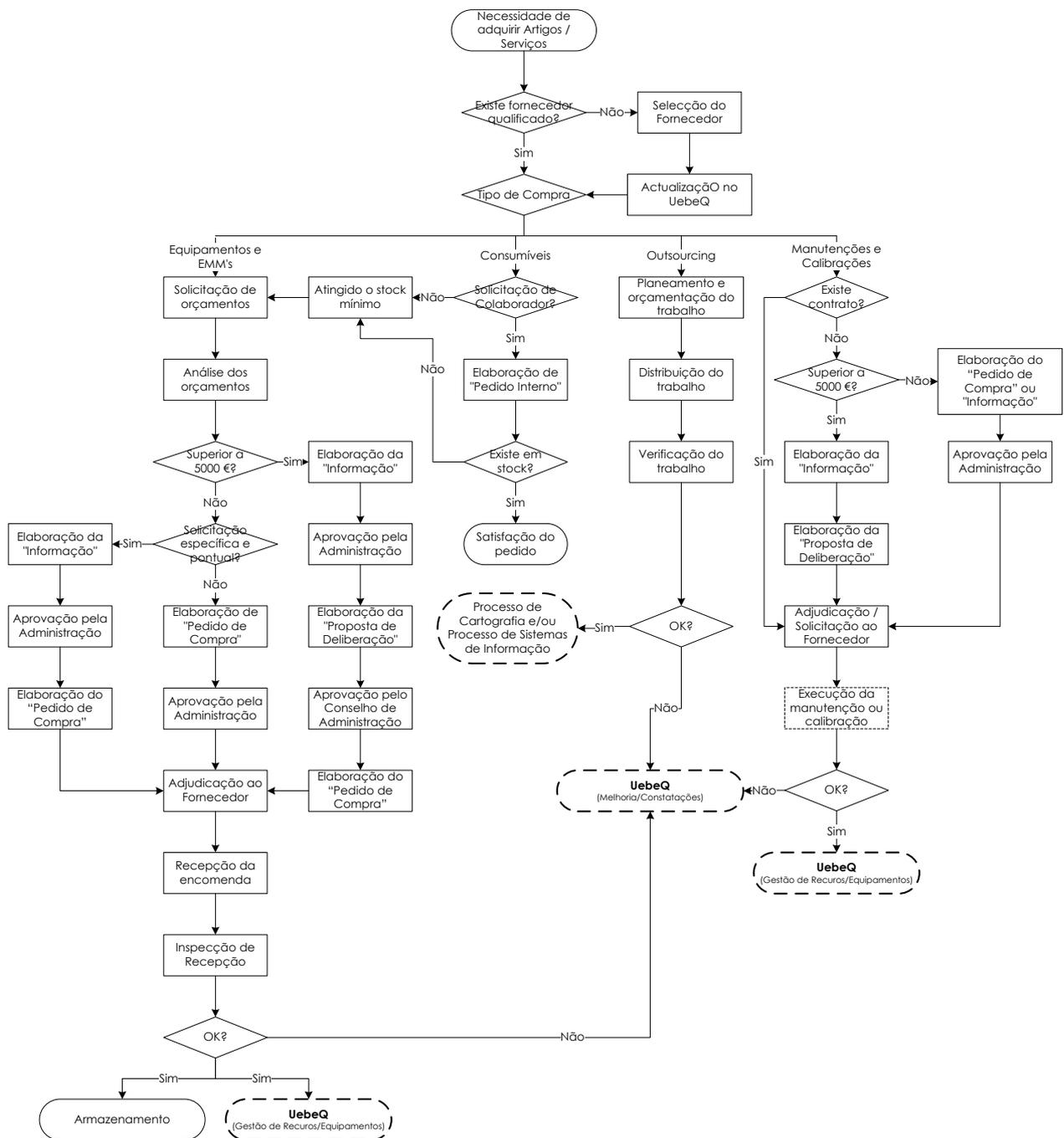
NB: O presente documento foi realizado, tendo por base o Guião Disponibilizado pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, devidamente adaptado à dimensão, características e realidade da Municípiã.

	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	1 de 9

1 OBJETIVO

Definir os princípios e regras para as compras que possam afetar a qualidade do serviço a prestar aos Clientes, nomeadamente de consumíveis, equipamentos, equipamentos de monitorização e de medição e serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing, bem como definir o modo de seleccionar e avaliar os fornecedores.

2 WORKFLOW



 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	2 de 9

3 RESPONSABILIDADES

Ação	Conselho de Administração	Diretor Geral	Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro	Responsável de Logística	Responsável da Direção	Responsável do Serviço	Coordenador do Projeto	Qualquer Colaborador
Atualizar no Uebe.Q				●				
Selecionar novos fornecedores				●				
Avaliar os fornecimentos de artigos e serviços				●		●		
Decidir a desqualificação de um fornecedor	●			●				
Definir stocks mínimos de consumíveis			●					
Controlar os stocks mínimos				●				
Solicitar consumíveis ao DAF								●
Solicitar orçamentos a fornecedores				●				
Efetuar encomendas			●	○				●
Proceder à inspeção de receção das encomendas				●		●		
Conferir a Guia/Fatura de Encomenda no ato de receção				●		●		
Armazenar os consumíveis				●		●		
Elaborar a "Informação"						●		
Elaborar o "Pedido de Compra"				●				
Elaborar a "Proposta de Deliberação"			●					
Aprovar "Pedido de Compra.", "Informações" (autorizar)		●	●					
Aprovar a "Proposta de Deliberação"	●							
Solicitar a prestação de serviços de Manutenção ou Calibração			●	●		●		
Solicitar a prestação de serviços de Segurança dos Dados				●		●		
Classificar e distribuir trabalho aos tarefeiros					●		●	
Entregar o "Workflow" e "Lista de Etapas" aos tarefeiros com os requisitos do projeto					●		●	
Verificar o trabalho dos tarefeiros					●		●	

●	Responsável
○	Colabora

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	3 de 9

4 REGISTOS

Identificação	Indexação	Responsável pelo Arquivo	Arquivo Vivo	Arquivo Morto
SAP	Suporte Informático	DAF	2 Anos	8 Anos
Informação	Pasta Informações			
Pedido de Compra	Contabilidade e SAP			
Proposta de Deliberação	Pasta Conselho de Administração			
Orçamentos	Contabilidade e SAP			
Encomendas	Contabilidade e SAP			
Guias de Remessa	Pasta Guias de Remessa			
Contratos com Fornecedores	Pasta IN			
Lista de Etapas das Tarefas	Pasta do Projeto	Responsável da Direção	2 Anos após a conclusão do Projetos	3 Anos
Time Report	Pasta "Time Report"	DAF	2 Anos	8 Anos

5 PROCEDIMENTO

5.1 Definições e Abreviaturas

Artigos: Consumíveis, Equipamentos e EMM's.

C.A.: Conselho de Administração.

DAF: Direção Administrativa e Financeira.

EMM: Equipamentos de Monitorização e de Medição.

SAP: Sistema Integrado de Gestão.

	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	4 de 9

5.2 Fornecedores Selecionados e Avaliados

A Municípia seleciona e avalia os Fornecedores de artigos, serviços de manutenção e calibração, segurança dos dados e outsourcing que possam afetar a qualidade do serviço prestado aos Clientes.

Os Fornecedores já existentes são considerados Fornecedores Qualificados, Alternativos ou Desqualificados, sendo os novos considerados Pré-qualificados.

O Responsável de Logística, com o conhecimento do Responsável do DAF, controla e atualiza as compras em SAP.

Todas as Encomendas são feitas a Fornecedores constantes da Base de Dados, dando preferência, sempre que possível, aos Fornecedores Qualificados, relativamente aos Fornecedores Alternativos.

5.3 Seleção de Novos Fornecedores

5.3.1. Seleção de Novos Fornecedores

A seleção de um novo Fornecedor cabe ao Responsável do Serviço, ou ao Responsável de Logística, tendo como base os seguintes fatores preferenciais, conforme aplicáveis:

- Preço;
- Qualidade do artigo;
- Prazo de Entrega;
- Assistência Técnica;
- Formação aos Colaboradores;
- Experiência no mercado / área;
- Outros considerados relevantes.

É definido, no momento da consulta ao mercado, e conforme o tipo de Fornecedor em questão, quais os fatores relevantes para a decisão de seleção.

Quando estamos perante o primeiro fornecimento, esse Fornecedor assume a situação de “pré-qualificado”.

Logo que ocorram dois fornecimentos consecutivos com deméritos inferiores ou iguais a 0,5 passam a Qualificados, se em dois fornecimentos consecutivos se registarem deméritos superiores a 0,5, caberá ao Diretor Administrativo e Financeiro e à Administração apreciar a sua continuidade à semelhança ao descrito em 5.4.

A decisão de qualificação de um Fornecedor é registada no Uebe.Q.

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	5 de 9

5.3.2. Seleção de Novos Fornecedores Tarefeiros

A seleção de um novo fornecedor Tarefeiros cabe ao Responsável do Serviço, tendo como base a descrição as aptidões referidas no PQ.DQ.004 e no ponto 5.6.2.

No decorrer da seleção, os critérios prioritários serão a experiência profissional e o saber fazer. O saber fazer está sujeito a uma avaliação de desempenho durante uma semana, num contexto de pré-formação, após o qual ocorrerá a seleção final. Na primeira abordagem com o tarefeiro é sempre solicitado o currículo vitae.

Após a seleção final e uma vez aptos para a execução de tarefas, será entregue à Técnica de Recursos Humanos o IMP.DAF.020 devidamente preenchido para processamento, sendo nesta altura atualizada e inserida em SAP.

5.4 Avaliação dos Fornecedores Qualificados

O Responsável de Logística ou o Responsável do Serviço ou a Gestora da Qualidade, procede à avaliação na plataforma Uebe.Q, do fornecimento de um artigo ou serviço. Optou-se por avaliar os fornecedores, cujo fornecimento seja igual ou superior a 5.000 euros, critério já utilizado na empresa, para outras situações, nomeadamente apreciação pelo Conselho de Administração, face ao valor.

Na própria plataforma eletrónica estão definidos os parâmetros a avaliar, variáveis de acordo com o tipo de fornecedor (tarefeiro ou não).

Em cada fornecimento é calculado o somatório dos deméritos, pelo que um fornecimento conforme é pontuado com zero.

A obtenção de uma pontuação superior a 0,5 em dois fornecimentos consecutivos, implica a análise pelo Responsável do DAF e Administração, provocando a eventual desqualificação do Fornecedor, implicando a sua exclusão da plataforma Uebe.Q.

Para além desta avaliação, o desempenho global de cada Fornecedor também é avaliado trimestralmente e aquando da revisão do Sistema de Gestão da Qualidade.

Esta avaliação, tem como base a média das pontuações dos Fornecimentos, considerando-se:

- Fornecedor Qualificado: Média igual ou inferior a 0,4;
- Fornecedor Alternativo: Média superior a 0.4 e igual ou inferior a 0.8;
- Fornecedor Desqualificado: Média superior a 0.8.

Sempre que um Fornecedor é "Desqualificado", o Responsável de Logística contacta-o, por correio eletrónico, informando-o deste facto.

5.5 Compras de Artigos

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	6 de 9

O DAF é responsável pela definição de stocks mínimos para os consumíveis, sendo verificados, no mínimo trimestralmente, pelo Responsável de Logística.

Sempre que um Colaborador necessite de consumíveis, requisita-os por correio eletrónico ao Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Se existir em stock, o pedido é satisfeito pelo Responsável de Logística, após a apreciação do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro.

Caso não exista em stock, o DAF desencadeia a sua encomenda ou quando atinge o stock mínimo definido, o Responsável de Logística desencadeia a sua encomenda.

5.5.1 Encomendas

O Responsável de Logística solicita, sempre que possível, três orçamentos aos fornecedores. Quando os orçamentos são anexados, o primeiro indica que é este o selecionado.

Neste pedido será evidenciado a necessidade do Fornecedor informar no seu orçamento qual o prazo de entrega a cumprir.

Se for necessária a descrição do motivo da necessidade da aquisição e do artigo em causa, ou outra considerada relevante, é elaborado o impresso "Informação", ao qual se anexam os orçamentos solicitados.

No caso de solicitações específicas e pontuais, é sempre elaborado o Impresso "Informação" com a identificação do artigo em falta, Fornecedores consultados para solicitação de orçamentos e Fornecedor sugerido para aquisição do artigo.

A "Informação" é disponibilizada ao Administrador para autorização, evidenciada pela rubrica e data no mesmo impresso.

Após autorização, a decisão é comunicada ao DAF, através da disponibilização de cópia do impresso, que elabora o "Pedido de Compra", sendo o original arquivado no dossier de "Comunicações / Informações".

Quando não é necessário o preenchimento da "Informação", é apenas elaborado o "Pedido de Compra", anexando-se os orçamentos, rubricado pelo DAF e disponibilizado ao Administrador para autorização.

Neste caso, o Presidente do Conselho de Administração autoriza a adjudicação no próprio "Pedido de Compra", rubricando-o, ou na listagem de Pedidos de Compra.

O "Pedido de Compra" é elaborado informaticamente no SAP, sendo-lhe atribuído um número de encomenda sequencial.

A adjudicação é posteriormente efetuada, por escrito, pelo próprio Colaborador ou pelo DAF.

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	7 de 9

5.5.1.1 Compras Superiores a 5.000€

Nestes casos, o Responsável do Serviço preenche o Impresso "Informação", disponibilizado ao Administrador para aprovação, com os respetivos orçamentos.

Em caso afirmativo, a "Informação" é entregue ao DAF que elabora uma "Proposta de Deliberação" para apreciação do CA.

A aprovação pelo CA é evidenciada na "Proposta de Deliberação" e registada em Ata de Reunião.

A formalização da aquisição é efetuada através do "Pedido de Compra" de acordo com o definido no ponto anterior, ou por uma comunicação de adjudicação.

5.5.2 Contactos com Fornecedores

Os contactos com Fornecedores, para assuntos relacionados com encomendas, são efetuados pelo Responsável de Logística.

5.5.3 Receção das Compras

Os artigos são rececionados, sempre que possível, pelo Responsável de Logística e/ou pelo requisitante, que compara a encomenda com a respetiva Guia ou Fatura, para além de inspecionar visualmente as condições físicas.

Esta inspeção é comprovada pela rubrica e data de quem a efetuou, na Guia ou Fatura, no campo destinado à conferência, sendo gerada a compra em SAP.

É então dada entrada da Guia ou Fatura no Sistema, identificando-se os valores e o fornecedor em causa.

5.6 Compras de Serviços

5.6.1 Manutenções e Calibrações

As manutenções preventivas encontram-se contratualizadas com os respetivos fornecedores, de modo a definir, entre outros aspetos, a periodicidade da sua realização.

Sempre que sejam necessárias manutenções corretivas ou calibrações de EMM's, é elaborada a "Informação", pelo Responsável do Serviço, quando é necessário explicar o seu motivo, ou

 <p>Município localização é valor!</p>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	8 de 9

apenas o “Pedido de Compra” quando se trata de manutenção de rotina, de acordo com o definido no ponto 5.5.1.

O Responsável do Serviço verifica posteriormente o serviço prestado.

Se necessário, é ainda elaborada, pelo DAF, uma “Proposta de Deliberação”, seguindo-se o definido para as Compras Superiores a 5.000€ (ponto 5.5.1.1).

A quando da necessidade de manutenção de viaturas de *renting/leasing* estas são entregues na oficina uma vez que se encontra contratualmente previsto. Para as restantes situações, é igualmente elaborado o “Pedido de Compra”.

5.6.1.1 Segurança dos Dados

As intervenções ocasionais ao nível da segurança de dados encontram-se contratualizadas.

Existem atualmente dois contratos ativos:

1. No âmbito de qualquer problema ou dúvida relacionada com questões de instalação, configuração, migração, software, entre outros, excluem-se apenas problemas relacionados com Hardware. (Ref. 401903/09 – V02):
 - a. Serviços cobertos pelo contrato:
 - i. Sistemas Operativos (Windows, HP UX, Solaris, Tru64, SCO, Linux, AIX IBM,...);
 - ii. Aplicações Microsoft (Office, Exchange, SQL, ISA, IIS,..);
 - iii. Aplicações de Outros Fabricantes: (Marshall Software, Mcaffee, CA, Citrix, Symantec, Backup Enterprise, Firewalls, Virtualização, Data Loss Prevention, Compliance,...);
 - b. Este contrato pode ser utilizado a qualquer momento, via presencial ou remota, 24 horas por dia, sendo que o tempo de resposta é de 4 horas (desde que é feito o pedido, até ao início da verificação do problema pelos técnicos - Tecnidata).
 - c. O responsável pelo pedido é o Administrador de Sistemas;

2. Cobertura dos equipamentos de Hardware da Município (Servers, Robot de Backups, Switch Core e Storage) com idade inferior a 5 anos:
 - a. Serviços cobertos pelo contrato:
 - i. Substituição de peças que possam avariar;
 - ii. Substituição do equipamento se tal for necessário;
 - b. Tempo de resposta aplicado a este contrato é de um dia (NBD).
 - c. O responsável pelo pedido é o Administrador de Sistemas;

 Município <i>localização é valor!</i>	PROCEDIMENTO DE QUALIDADE	Código	PQ.DAF.002.12
		Data Documento	31-10-2019
	Compras	Página	9 de 9

5.6.2 Tarefeiros

A decisão da necessidade de subcontratação de tarefeiros é decidida pelo Responsável do Serviço, em conjugação com a Administração. Após a decisão tomada, o Responsável do Serviço contactará os tarefeiros.

O Responsável do Serviço efetua o planeamento e orçamentação do trabalho, de modo a possibilitar a distribuição das tarefas.

Após a receção das tarefas, a verificação do trabalho é efetuada pelo responsável do projeto, seguindo para o processamento e pagamento do serviço prestado, após autorização do Presidente do Conselho de Administração.

5.7 Não Conformidades

Qualquer não conformidade detetada implica o preenchimento de uma constatação na plataforma Uebe.Q em conformidade com o PQ. DQ. 002.